



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

ATA DA 9ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 6 de agosto de 2014, às 14 horas e 51 minuto, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo**, com a presença dos Senadores **Ciro Nogueira, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Jayme Campos, Antonio Carlos Rodrigues e Flexa Ribeiro**, e dos Deputados **Marco Maia, Sibá Machado, Sandro Mabel, Hugo Napoleão, José Carlos Araújo, Carlos Sampaio, Rodrigo Maia, Bernardo Santana de Vasconcellos, Júlio Delgado, Fernando Francischini, Rubens Bueno, Arnaldo Faria de Sá, Iriny Lopes, João Magalhães, Eduardo Cunha, Izalci, Onyx Lorenzoni, João Carlos Bacelar e Marcos Rogério**. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, José Pimentel, Acir Gurgaz, Aníbal Diniz, Álvaro Dias, Mário Couto, Gim e Ataídes Oliveira** e os Deputados **Lúcio Vieira Lima, Aguinaldo Ribeiro, Marcio Junqueira e Enio Bacci**. Presentes os parlamentares não-membros **Antônio Imbassahy e Júlio César**. Na ocasião, foi ouvido o senhor Jorge Luiz Zelada, ex-Diretor da Petrobras. Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito boa tarde a todos!

Convido os Srs. Parlamentares, membros desta Comissão, a tomarem os seus respectivos assentos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014.

Conforme convocação, a presente reunião se destina à oitiva do Sr. Jorge Luiz Zelada, ex-Diretor da Petrobras, que prestará o seu depoimento na condição de testemunha e estará compromissado na forma da lei.

O depoente fará a sua exposição e, em seguida, será interpelado pelos Srs. Parlamentares, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do depoente, ou de 10 minutos, intercalando-se perguntas e respostas.

A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, com preferência para o Relator, o Presidente e os autores dos requerimentos, a saber: S. Exª o Deputado Líder do PPS, Rubens Bueno, primeiro interpelante; S. Exª o Deputado Carlos Sampaio; S. Exª o Deputado Sibá Machado e S. Exª o Deputado Sandro Mabel.

Peço à Secretaria que providencie a vinda a este recinto do Sr. Jorge Luiz Zelada, com a presença de S. Exª o Deputado Marco Maia, Relator desta Comissão. (*Pausa.*)



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Com a palavra, pela ordem, V. Ex^a Deputado Rubens Bueno, antes de chegar o depoente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, apenas para pedir a V. Ex^a, como Presidente desta CPMI e pelo respeito que os membros têm por V. Ex^a, as providências que foram tomadas diante das denúncias publicadas a respeito dessa fraude montada, com gabaritos expostos pelo Palácio do Planalto e pela Petrobras, em conluio com várias pessoas.

Eu, pessoalmente, fiz um documento a V. Ex^a pedindo que a Presidência desta Comissão procurasse tomar as medidas necessárias. Assim, seria bom que V. Ex^a desse alguma informação aos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Apenas o que já é de público.

Tenho o maior prazer – e com respeito a V. Ex^a – em noticiar que esta Presidência, no uso das suas atribuições e com o dever e a responsabilidade que tem, solicitou ao Presidente do Congresso Nacional e Presidente do Senado Federal a abertura de uma sindicância, o que já foi feito, ao tempo em que oficiou ao Departamento de Polícia Federal, ao Dr. Leandro, as providências necessárias tomadas pela Polícia Federal com relação aos fatos e à denúncia apontada na imprensa nacional.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, quero fazer uma rápida comunicação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sr. Presidente, também coloquei para V. Ex^a dois requerimentos que apresentei agora, um convocando o Senador Delcídio do Amaral para vir depor na CPMI sobre o seu envolvimento nesse caso, que é muito grave, que envolve dinheiro público.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.!

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – E também peço que se convoquem todos os outros envolvidos, como Graça Foster e Nestor Cerveró, para serem ouvidos novamente, porque acho que esses depoimentos estão viciados e nulos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.!
Vamos à...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, quero fazer uma rápida comunicação de Liderança.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Antes de falar do requerimento que estou apresentando, quero dizer que nós estamos tratando de duas CPIs diferentes. Sou membro de ambas e posso dizer aqui, como já disse no plenário e digo



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

o tempo inteiro, que nenhuma irregularidade houve naquela CPI. O que lá aconteceu é o que acontece em qualquer uma das CPIs: o Governo apresenta seus pontos de vista em relação a temas que são tratados na CPI; as assessorias, naturalmente, inter-relacionam-se para a troca de informações e de subsídios aos Parlamentares. Não houve vazamento de qualquer documento sigiloso que pudesse facilitar a vida de qualquer um dos investigados. Não houve o que estão dizendo, pergunta e resposta, como se fosse um gabarito. Essa é uma grande bobagem, que estão tentando transformar num escândalo político para atingir o Governo e a Presidenta Dilma.

E há ainda esta bobagem de hoje: o integrante da Secretaria de Relações Institucionais não pode mais se relacionar com o Congresso Nacional.

Eu até tive o cuidado de pegar algumas matérias antigas, da época do Governo Fernando Henrique Cardoso, só para que se tenha uma ideia: "FHC age pessoalmente para barrar CPI que Jader assinou" – esse foi um jantar no Palácio da Alvorada –; "Stephanes negocia acordo com o Relator"; "FHC manda liberar emendas para barrar CPI"; "Planalto se opõe à abertura de investigações"; "Governo de São Paulo manda Secretários para treinar Parlamentares para a CPI do metrô".

Isso é a coisa mais natural! Vamos parar de bobagem! Vamos investigar com seriedade, sem tentar transformar cortina de fumaça...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ... – eu estou com a palavra – de fumaça em escândalo, em escândalo!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – E, por último, estou apresentando um requerimento a V. Ex^a, para que, de ofício, mande investigar o vazamento de informação sobre relatório do Tribunal de Contas da União que foi dado a público. Há fortes suspeitas de que isso tenha partido de alguém que teve acesso a essa documentação.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.!

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – O que não dá é *media training* da corrupção, treinamento para corrupto, agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Peça-lhe só um minuto.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Quero só fazer uma rápida comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Deputado Eduardo Cunha como Líder.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Isso é o que não dá para fazer.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Nem quero usar todo o tempo de Líder. Depois, se eu precisar, eu uso. Farei uma rápida comunicação de liderança.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Sr. Presidente, nesse fim de semana, na revista *Veja*, saíram duas notas na coluna Radar que merecem a nossa repulsa total e que falam de Petrobras e de uma suposta reunião com o Presidente Henrique Alves. Então, este Líder e toda a sua bancada presente nesta Comissão protocolamos requerimento para convocação do Presidente da Caixa Econômica Federal para vir a esta CPI, para explicar seus aportes bilionários à Petrobras. Nós queremos que esse requerimento seja apreciado, aprovado, para que se esclareça aqui, além disso, o teor da nota do fim de semana.

O PMDB não vai abrir mão da presença do Sr. Jorge Hereda, sentado como depoente aqui, para explicar isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.!

Com a palavra, o Sr. Jorge Luiz Zelada, para fazer suas primeiras considerações.

O senhor terá 20 minutos, prorrogáveis por mais 10 minutos.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Obrigado.

Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo; Sr. Relator, Deputado Marco Maia; Srs. Senadores e Deputados membros desta Comissão, eu gostaria de cumprimentá-los, ao tempo em que já me vou colocando à disposição para colaborar com os trabalhos desta Casa.

Eu queria me apresentar. Eu sou concursado da Petrobras. Entrei na Petrobras em 1980, por concurso público. Fiquei na companhia por 32 anos, até me aposentar, em 2012. Sou engenheiro, entrei no cargo de Engenheiro de Equipamentos, na época, no órgão responsável pelos projetos das primeiras plataformas da Bacia de Campos. Era um grupo executivo de projetos, especial, formado para o desenvolvimento desses projetos. Era o momento, na época, de uma nova fase da produção no mar no Brasil. Novas tecnologias estavam chegando, sendo trazidas, com aplicações já, na época, no Mar do Norte. Trabalhei, em seguida, em operações de perfuração, também na Bacia de Campos, também numa fase pioneira, com novas tecnologias. Foi quando a Petrobras adquiriu e passou a operar as primeiras plataformas semisubmersíveis, que depois vieram a ser usadas também como plataformas de produção, e permitiam à Petrobras avançar em direção a alto-mar. Era uma nova fase da operação *offshore*. Nessa época, assumi diversos cargos gerenciais, até ter sido nomeado superintendente daquele órgão de perfurações marítimas.

Voltei, depois, à área de projetos, já no serviço de engenharia, em projetos, agora, de águas mais profundas, na exploração e produção na Bacia de Campos. Também assumi, no serviço de engenharia, diversas funções gerenciais em vários níveis, o que foi compondo a trajetória da minha carreira. E por cinco anos exerci a função de Gerente-Geral da Engenharia, na implantação de projetos de exploração, produção e transporte marítimo para diversos órgãos da Petrobras.

Trabalhei também na Petrobras Distribuidora. Tive uma experiência lá por dois anos, trabalhando em projetos de energia. Em março de 2008, eu fui nomeado pelo Conselho de Administração da Petrobras para ocupar a posição de Diretor.

Eu queria aqui destacar que foi com grande orgulho e satisfação que assumi esse posto, corroborando a evolução da minha carreira dentro da companhia. Tenho uma



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

carreira na Petrobras, portanto, de 32 anos, com muita dedicação à companhia. Tive reconhecimento profissional e gerencial em todos os órgãos por que passei.

Sr. Presidente, já pontuando a cronologia da minha nomeação e participação nos eventos que motivaram a CPI, a minha participação na Diretoria Internacional, nos requerimentos de que tomei conhecimento, pela convocação, pela minha convocação para esta CPMI, eu vi, nos requerimentos, dois assuntos abordados. Um é Pasadena, por ter sido apontado como o responsável pelo resumo executivo para a compra da segunda parte, de 50% da refinaria, e o contrato de SMS que foi aplicado para os ativos nas empresas da área internacional.

Então, eu gostaria de fazer uma breve exposição inicial sobre esses dois temas.

Quanto a Pasadena, a compra da segunda parte foi submetida ao Conselho de Administração no dia 3 de março de 2008, previamente aprovado pela Diretoria Executiva para a submissão ao Conselho em fevereiro, na reunião de 21 de fevereiro. Eu não era diretor naquela ocasião. Por coincidência, essa reunião do dia 3 de março foi a mesma reunião que me nomeou Diretor Executivo da Petrobras. Então, esse resumo executivo já estava elaborado antes da minha entrada, em fevereiro. Como o Conselho de Administração não aprovou a pauta e postergou o assunto para deliberação na reunião de maio, aí, já, eu exercendo a função de diretor, o resumo executivo sofreu uma pequeníssima revisão para incluir duas informações que, pelo andar do tempo, eram importantes – ou deviam ser informadas. Uma, que o governo americano tinha aprovado a transação em março. Então, foi colocada essa informação no resumo. E a outra é que, a partir de 15 de março, estava previsto na negociação feita em 2007, incorrer em juros normais de 5% ao ano. Então, como havia expectativa de o assunto ser apreciado e talvez aprovado dia 3 de março, essa informação, em 3 de março, não era relevante. Então, houve a inclusão dessas duas informações.

No mais, pegar os dois resumos executivos – o feito em fevereiro e o feito em abril – para as duas reuniões, eles têm exatamente o mesmo teor, a mesma redação. É exatamente o mesmo documento.

Então, eu estou querendo pontuar – porque isso foi no momento da chegada, no momento dessa transição em que eu cheguei – que, na realidade, não houve nenhum ato de gestão, na minha parte, quando eu entrei, de uma reunião para outra.

Na reunião de maio, o Conselho de Administração novamente apreciou; ele não aprovou a compra da segunda parte, e o assunto, então, foi retirado de pauta e não mais foi colocado na pauta das reuniões do Conselho subsequentes.

A partir desse momento, o assunto foi enveredando e acabou entrando na esfera jurídica. A Astra, que é a nossa sócia, não ficou satisfeita com a decisão da Petrobras de não comprar e entendeu que as negociações que tinham sido feitas em 2007 eram um compromisso formal. Então, ela abandonou a gestão da refinaria; ela optou por sair da sociedade; unilateralmente, abandonou. A gestão da refinaria era feita pela Astra naquela ocasião. Então, isso foi muito preocupante, porque gerir uma instalação industrial de um complexo de uma refinaria é uma coisa muito séria. E a Astra optou por simplesmente



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

abandonar. Foi aí que a Petrobras, então, tomou a decisão de entrar com a arbitragem. Quando se fala dessa parte jurídica, ela entrou com a arbitragem para a Astra retornar à sociedade, porque ela fazia parte. No entendimento da Petrobras, a Petrobras não aprovou a compra, e a Astra entendia que havia um compromisso. Por isso que a Petrobras entrou com a arbitragem.

Esse assunto, então, passou sob a coordenação do Departamento Jurídico da Petrobras e não mais... Quer dizer, na área internacional e na equipe que ficou na refinaria, ficou somente a gestão operacional da refinaria.

Nós da Diretoria – eu e os outros diretores – e, com menos periodicidade, o Conselho éramos informados periodicamente pelo serviço jurídico do andamento das ações, porque, com a entrada da arbitragem para a Astra voltar, a Astra entrou com uma ação judicial para fazer valer o seu entendimento de que aquela segunda parte – aquela compra, a segunda parte – era um compromisso.

Quando saiu o resultado da arbitragem... Tem sido noticiado que a Petrobras não aceitou e continuou a ação. Não é que... A Petrobras queria encerrar o assunto com a arbitragem; ela queria pagar o valor que a Comissão de Arbitragem tinha estabelecido. O que ocorreu é que a Petrobras disse: "Não, então aceitamos a decisão da arbitragem desde que a Astra, então, retire a ação judicial." E a Astra não concordou. Se ela não concordou e ia continuar com a ação judicial, então a Petrobras manteve o curso na esfera jurídica – de novo, sempre acompanhada pelo serviço jurídico da Petrobras.

Essa introdução eu gostaria de fazer, para fazer essa cronologia, viu, Senador?

Quanto ao contrato de SMS, que tem sido também alvo aí do noticiário, eu também queria fazer uma exposição preliminar.

Na nossa gestão, desde que entrei, nós instituímos uma reunião de análise crítica trimestral com todos os executivos de todas as áreas dos ativos no exterior, que são considerados os gerentes gerais e os presidentes das empresas no exterior. Então, nós tínhamos uma reunião trimestral de gestão, periódica, em que discutíamos os aspectos de desdobramento do planejamento estratégico, andamento dos indicadores de gestão, correções de rumo, previsibilidade da produção de petróleo e derivados, quer dizer, era uma gestão dos negócios.

Cada reunião dessas tinha um pano de fundo. Ela sempre tinha um tema para uma discussão mais aprofundada. No meio do ano de 2009, o tema era SMS. Nessas reuniões de acompanhamento e gestão foi que a gente conseguiu passar de um resultado operacional, na área internacional, de US\$500 milhões negativos, em 2008, para ir aumentando, até chegar, em 2012, com resultados de US\$2,2 bilhões positivos, graças a todo esse acompanhamento, esse esforço de toda a equipe.

No meio de 2009, em que o tema era SMS, estava sendo solicitado que as empresas do exterior apresentassem como estava a situação de SMS. Na hora de fazer esse somatório, isso causou uma preocupação bastante grande, porque nós identificamos que o passivo ambiental era elevado nas companhias do exterior. Então, foi decidido fazer um



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

levantamento mais detalhado para que se pudesse planificar e ver a melhor maneira de dar tratamento a essa situação.

Esse foi um trabalho grande e levou mais ou menos um ano, até meados de 2010, quando foi sugerida e discutida a aplicação de um programa bastante semelhante, que eu vou tentar explicar agora, que é o Pegaso – Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional. Esse programa foi elaborado quando houve aquele acidente de vazamento, em 2000, na Baía de Guanabara. Foi implementado um plano para a Petrobras dar um avanço grande em questões de segurança, meio ambiente e saúde, que é o que chamamos de SMS.

No texto do programa, que a gente pode ver pela internet, faz-se referência a esse programa, o Pegaso, como o maior projeto em nível mundial já destinado a um programa ambiental no setor petróleo. E foi encaminhando para desenvolver novas tecnologias na área de segurança, meio ambiente e saúde. É por isso que a Petrobras, hoje, é reconhecida como referência nesse aspecto de segurança, meio ambiente e saúde, por conta daquele acidente que levou a Petrobras a desenvolver esse programa. Houve um outro acidente junto, naquela mesma época, na refinaria do Paraná. Então, a Petrobras desenvolveu muito essa questão. Só que esse programa não foi aplicado nos ativos da área internacional. Ele foi aplicado nos ativos do Brasil. Em 2000, os ativos da área internacional eram muito poucos. Nessa década de 2000, a Petrobras foi buscando se internacionalizar, fazendo aquisições e desenvolvendo novos projetos. Portanto, quando se viu o passivo que existia, buscou-se levar a excelência que a Petrobras tinha em SMS para suas instalações internacionais também.

Foi feito, então, um levantamento, foi proposta uma licitação de planilha de preço unitário semelhante à do Pegaso. Ou seja, cada serviço itemizado, planilhado e precificado. Então, qualquer serviço que fosse ser feito já estava precificado com um valor oriundo de uma licitação.

A estimativa do contrato tem um determinado valor, mas, desde o início, já se previa que só se pagaria aquilo que fosse executado, não se pagaria aquela estimativa do contrato. Por que isso? Porque já vinha se discutindo desinvestimento em alguns países, em algumas unidades, ou seja, serviços que foram levantados e não seriam feitos. Outros serviços poderiam entrar numa condição emergencial e assim ser tratados, então não haveria necessidade de fazer posteriormente.

Então, é por isso. Não é, como tem sido noticiado, um contrato de preço global. Ele tem uma estimativa, mas sempre foi, desde o início, definido que só seriam pagos os serviços executados.

O resultado desse processo licitatório, quando chegou a mim para ser encaminhado, ele estava completo, com todos os pareceres corporativos. E assim foi aprovado, com a contratação da Odebrecht, que apresentou o menor preço na licitação.

Eu quero deixar bem registrado que eu jamais interferi em licitações, seja esta ou outra da minha área, para beneficiar quem quer que seja, A, B ou C.

Com esses dois assuntos, que foram os assuntos que eu vi abordados nos requerimentos, Sr. Presidente, eu agradeço. Muito obrigado. Como sempre, como foi da vez



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

anterior, na CPI do Senado, eu estou à disposição para contribuir com os trabalhos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço ao Sr. Jorge Luiz Zelada.

Passo a palavra, de imediato, ao Deputado Marco Maia, Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

Uma boa tarde a todos os Srs. e Sr^{as} Parlamentares. Uma boa tarde também ao Sr. Jorge Luiz Zelada, testemunha a ser ouvida nesta reunião da CPMI.

Eu queria, primeiro, antes de iniciar as perguntas, aproveitar aqui a oportunidade para fazer dois informes à CPI. Primeiro, eu vou fazer chegar às mãos de V. Ex^{as} um pequeno balanço dos trabalhos realizados pela CPI até este momento.

No dia 6 de agosto de 2014, nós tivemos, ainda para informação, apreciados 320 requerimentos e não apreciados 318. E temos apresentados à CPMI 638 requerimentos. Neste pequeno relatório, V. Ex^{as} poderão ver os tipos de requerimentos que já foram apreciados.

Nós já tivemos duas reuniões deliberativas, quatro reuniões de oitivas. Nas oitivas, nós ouvimos Maria das Graças Foster, José Sérgio Gabrielli, Osvaldo Vicente Cardoso e José Orlando Melo. E estamos ouvindo hoje o Sr. Jorge Luiz Zelada. E tivemos outras duas reuniões que foram de instalação, eleição e apresentação do plano de trabalho.

Mas a informação mais relevante, Sr. Presidente, é que já chegou a esta CPMI, até a presente data, um total de 25,4 GB de documentação. Esses documentos, mais uma vez, é sempre importante ressaltar, estão disponíveis para todos os membros deste colegiado investigativo. Dentre a documentação recebida, eu ressalto o recebimento de importantes dados vindos dos seguintes órgãos, entidades e autoridades: Petrobras, Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União, Ministério da Defesa, Justiça Federal em diferentes Estados; bancos que forneceram dados, obedecendo as quebras de sigilos bancários; documentos que vieram do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Coafi; corretoras de câmbio e valores mobiliários; Agência Nacional de Telecomunicações; empresas; entre outros.

Então, volto, aqui, a ressaltar, nós já temos, na CPI, 25,4 GB de documentação, que estão, aí, à disposição, em disponibilidade, para todos os senhores e senhoras, para análise, para, enfim, estudos acerca dos trabalhos da CPI. E nós já estamos com uma equipe ainda em formação com técnicos especialistas oriundos destes órgãos, da Polícia Federal, da Controladoria Geral da União, da AGU, também da Consultoria da Câmara dos Deputados, que estão auxiliando os trabalhos realizados por este Relator.

E, ainda, como informação a V. Ex^{as}, nós montamos um pequeno escritório de trabalho, um pequeno gabinete de trabalho da relatoria, onde vão ficar, Presidente, sediados todos os Assessores responsáveis pela Assessoria e pelo acompanhamento do Relator, que vai ficar no segundo subsolo do Centro de Documentação da Câmara dos Deputados, do Cedi.

Então, também, queria, aqui, já, aproveitar a oportunidade para convidá-los, a todos os Srs. Parlamentares. É um espaço que vai contar, que já conta com segurança, com



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

todos os cuidados necessários para que as informações possam, todas as informações que forem trabalhadas, manuseadas pelos nossos técnicos possam estar resguardadas pelo sigilo necessário. Este espaço já foi, enfim, montado, já, há duas ou três semanas. Portanto, já estava em funcionamento, já está em funcionamento, e está, lá, pronto para receber todos vocês, V. Ex^{as}, caso queiram conhecer o espaço e, ao mesmo tempo, tomar conhecimento dos documentos que estão sendo manuseados pelos técnicos especialistas, que estão a serviço do Relator.

Além disso, nós temos a Secretaria da Comissão, que fica aqui no Senado Federal e que tem, também, à disposição, que tem lá, também, todos os documentos, todas as informações, toda a Assessoria Técnica, que está à disposição da CPMI, como um todo.

Informação, então, fica aqui o convite. Volto, aqui, a informar, a Relatoria da CPMI vai ficar no segundo subsolo do Centro de Documentação da Câmara dos Deputados, o Cedi, que fica no Anexo II, quem entra pela porta do Anexo II, sobe a escada em direção à Diretoria-Geral, à esquerda, sobe a rampa em direção à Diretoria-Geral, à esquerda.

Não é um local muito agradável, fica no segundo subsolo – se, no primeiro subsolo nós já não temos sol, imagine no segundo subsolo –, mas é um local ideal para que se possam realizar todos os trabalhos relativos aí, à CPMI, ao trabalho do Sr. Relator.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, falando nessa questão administrativa, eu tenho uma questão pela ordem. É uma questão urgente, se pudesse fazer essa questão pela ordem, eu gostaria de fazer rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Relator está com a palavra. Se S. Ex^a permitir...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim. Pediria ao Relator...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pois não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) –

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Aquilo é só um informe. Não estava nem tratando nada administrativo aqui.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – A revista *Veja* desta semana trouxe uma denúncia tão estupefaciente quanto humilhante para esta Casa, para o Congresso Nacional e para o País.

Foi flagrado, em vídeos, a realização de uma reunião na qual teriam sido discutidas perguntas e respostas que seriam realizadas pelos Senadores da CPI da Petrobras aos investigados por aquela Comissão.

Conforme a revista, a Presidente da Petrobras Graça Foster, o ex-Presidente Sérgio Gabrielli e o ex-Diretor da Área Internacional Nestor Cerveró tiveram acesso antecipado às perguntas que seriam feitas pelo Relator, Sr. José Pimentel, do PT do Ceará, e foram orientados por funcionários da estatal sobre a melhor maneira de respondê-las, uma clara combinação de depoimentos, um verdadeiro jogo de cena.

Essa denúncia de enorme gravidade envolve não somente Parlamentares da cúpula do Partido dos Trabalhadores dessa Casa, mas também Assessores dessa Casa,



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Marcos Rogério de Souza e Carlos Hetzel, respectivamente lotados no Bloco de apoio do Governo e na Liderança do PT.

Sr. Presidente, muito embora a reportagem se refira à CPI do Senado, é indiscutível que a prática espúria adotada naquela Comissão se repete no âmbito desta Comissão mista, até porque a relatoria das duas Comissões é capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores.

Portanto, a fim de garantir um mínimo de credibilidade aos trabalhos desta CPMI, entendo que pelo menos duas medidas devem ser imediatamente adotadas por V. Ex^a: 1) afastamento imediato dos Srs. Marcos Rogério de Souza e Carlos Hetzel dos trabalhos referentes a esta Comissão Mista, inclusive impedindo o acesso destes a todos os dados sigilosos que foram ou que venham a ser disponibilizados pela CPMI; 2) sejam anuladas as reuniões desta Comissão em que foram tomados os depoimentos da Sr^a Graça Foster e do Sr. José Sérgio Gabrielli, reconvocando-os para novamente prestar esclarecimentos, inclusive quanto aos fatos noticiados pela *Veja*.

Não obstante tais medidas que – repita-se – são essenciais para que os trabalhos realizados nesta CPMI tenham um mínimo de crédito, apresentamos requerimento de convocação para que sejam ouvidos todos os demais envolvidos e esperamos que a apreciação possa ser feita o mais rápido possível.

Essa era a questão pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Recebo de V. Ex^a as sugestões. Está Presidência já tomou as providências que achou necessárias.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Já tinha sido informado das medidas.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Sr. Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pois não.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Sr. Relator, só para me informar.

Os documentos que o senhor mencionou devem estar ficando prontos, mas não estão disponibilizados ainda. O que está disponibilizado foi uma primeira leva daqueles que vieram do fórum e tal, mas esses de informações que chegaram da Petrobras devem estar sendo disponibilizados. Acho que o arquivo ainda não está...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou solicitar da Secretaria informações para passar a V. Ex^a.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A informação que temos é a de que estão todos eles disponibilizados.

Bom, as....

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Onde está um requerimento...Por exemplo, foi aprovado um requerimento. O andamento desse requerimento, se ele voltou, não voltou também é na Secretária?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A Secretaria informará V. Ex^a.

Com a palavra o Sr. Relator as perguntas à nossa testemunha.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sr. Jorge Luiz Zelada, vou formular as perguntas aqui em dois blocos.

Como V. S^a mesmo já disse, há um período... No período em que foi adquirido, feito o negócio de Pasadena, V. S^a ainda não era Diretor da Petrobras. Mas algumas perguntas precisam ser feitas para que nós possamos coletar aqui a sua opinião sobre essa compra, essa aquisição pela Petrobras. Até mesmo porque V. S^a disse aqui que tem 32 anos de casa, de serviços prestados à Petrobras e, portanto, sua contribuição pode e deve ser importante para que a gente possa, aqui nesta CPI, elucidar todas essas questões ou todas essas circunstâncias que envolveram a compra da refinaria de Pasadena.

Na sequência, há alguns questionamento acerca da sua passagem pela Diretoria Internacional da Petrobras.

Primeiro questionamento. Na época das negociações entre a Petrobras e a Astra, nos anos de 2005 e 2006, visando a compra do complexo de Pasadena, qual o cargo que V. S^a ocupava na Petrobras?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, prezado Relator, estou à disposição, obviamente para contribuir com qualquer questão que eu possa.

Em 2005 e 2006 eu ocupava o cargo de Gerente-Geral de Implementação de Empreendimentos para a Exploração, Produção e Transporte Marítimo do Serviço de Engenharia. Então era uma outra área para projetos do órgão AIP e para o órgão da Transpetro, projetos novos e que ficavam a cargo do Serviço de Engenharia. Eu era o Gerente-Geral dessa área.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ligado à Diretoria Internacional?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não. Ligado à Diretoria de Serviços.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – À Diretoria de Serviços.

V. S^a participou ou tomou conhecimento dessas negociações de Pasadena, à época?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não. Não tomei conhecimento, não participei. Nós tínhamos notícias internas, conforme boletins de que a Petrobras vinha se internacionalizando e vinha discutindo, mas sem absolutamente nenhum detalhe.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a sabe se houve a contratação de empresas de consultoria para dar apoio às decisões da Petrobras? V. S^a tem conhecimento, saberia dizer que consultorias foram contratadas?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, senhor. Eu não sei quais consultorias. Agora, o que eu posso dizer é que é normal em negociações de diversos tipos haver consultorias renomadas para apoiar a decisão da diretoria da companhia. Mas não acompanhei esse assunto, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pela sua experiência, a Refinaria de Pasadena era uma boa opção para a Petrobras, uma boa opção de compra? E o valor que foi colocado na compra dos primeiros 50% da refinaria era compatível com o mercado à época?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Quando eu entrei – vou falar agora, posteriormente – na Diretoria Internacional e fui tomando conhecimento dos diversos assuntos, o que me foi informado, e fazia sentido, é que o projeto Pasadena não previa



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

apenas a compra de uma parte da refinaria; o projeto todo era comprar essa parte da refinaria e transformá-la, fazer uma conversão e algum investimento, para que ela pudesse processar o petróleo pesado, principalmente de Marlim, que estava excedente naquela época e vendido no mercado internacional com desconto. Então, a ideia era poder usar essa refinaria para processar esse petróleo pesado, agregar valor, gerando derivados, num mercado *premium*, como é o mercado americano. Então, esse era o projeto. Não era simplesmente comprar Pasadena. Isso é o que me foi relatado na época em que eu entrei. E nesse aspecto é um projeto que faz sentido.

Quanto ao valor, valores de processamento de refinaria, eles oscilam de acordo com o mercado mundial ao longo do tempo. Também está relatado que, naquela ocasião, o valor, vamos dizer assim, o custo unitário por processamento de barril de petróleo era compatível com o mercado da época.

Eu estou lhe informando, Deputado, o que me foi relatado e que fazia sentido para mim, por não ter participado de nenhum detalhe dessas negociações.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Desde quando a aquisição de refinarias no exterior passou a fazer parte do plano estratégico da Petrobras? V. S^a entende que, no caso da compra de Pasadena, teria sido necessário uma busca por outras opções? Enfim, a Petrobras avaliou a possibilidade de algum outro negócio à época? Existe algum documento que comprove essas outras alternativas que foram buscadas pela Petrobras, se é que existiram?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Olha, há notícias de que havia diversas negociações. A internacionalização da Petrobras foi um pouquinho antes, ali pelo ano 2000, um pouquinho antes, quando foi criada a Diretoria, numa reestruturação. Já faz... Não sei precisar exatamente o ano, mas foi no início dos anos 2000. Então, a Petrobras foi buscando novas atividades no exterior, inclusive ter capacidade de refino. Por quê? Porque, com a abertura do monopólio do petróleo, a Petrobras entendeu... Na época, eu era um funcionário, um gerente de nível mais baixo, mas a gente tinha informações através de boletins internos da companhia. Então, buscava-se aumentar a operacionalização, a internacionalização da companhia. Eu não vou saber declinar que outras opções, mas, normalmente, em assuntos desse tipo, são analisadas algumas opções, até que alguma faça mais sentido e haja mais interesse de ambas as partes em poder fazer alguma associação, como a que foi feita nesse caso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Em março de 2008, quando V. S^a foi nomeado Diretor Internacional da Petrobras, houve reunião do Conselho de Administração tendo como pauta a compra dos outros 50% da refinaria de Pasadena. Mas a decisão sobre isso teria sido adiada para maio do mesmo ano.

Houve reunião do Conselho de Administração, tendo como pauta a compra dos outros 50% da Refinaria de Pasadena. Mas a decisão sobre isso teria sido adiada para maio do mesmo ano.

V. S^a poderia explicar para esta CPMI como e quando se deu essa decisão e quais foram os resultados dela?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Sr. Relator, o senhor está falando de qual decisão? Do Conselho?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Tendo como pauta a compra dos outros 50%.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Dos outros 50%. Eu vou reafirmar, essa pauta foi submetida ao Conselho no dia 3 de março, que, coincidentemente, foi a mesma reunião que me nomeou Diretor Executivo da Petrobras. Eu assumi no dia seguinte. Comecei a me inteirar dos assuntos e ali eu tomei conhecimento de que havia tido uma discussão sobre esse assunto e ele ficou postergado para uma reunião subsequente, que aconteceu em maio.

Então, em maio, aí sim, o Conselho achou por bem não aprovar a compra; e isso acabou desdobrando em todas aquelas ações a que eu me referi, na minha exposição preliminar.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pois bem. Ainda sobre esse resumo executivo, que foi assinado por V. S^a para essa reunião de maio, ele indicava para a compra dos outros 50% da refinaria? Ele fazia referência à cláusula de *Put Option*?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – São duas perguntas. Então, sim, indicava para a compra da segunda parte, porque havia sido uma deliberação da Diretoria Executiva submeter esse assunto ao Conselho, se não me engano, numa reunião da Diretoria, em fevereiro, dia 21, por aí. Então, sim, recomendava a compra.

O resumo, como eu disse, ele era exatamente o mesmo que havia sido elaborado em fevereiro, para a reunião do dia 3 de março, e não fazia referência a essas duas cláusulas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Na sua avaliação, se o resumo executivo tivesse informado a cláusula *Put Option* a decisão do Conselho de Administração poderia ter sido diferente?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Falar, caro Deputado, por hipótese é sempre difícil. Eu não saberia dizer se seria ou não seria. O que eu posso dizer é que quando eu tomei conhecimento, um pouco mais tarde, de que havia essas cláusulas, elas não me causaram surpresa, porque uma cláusula de saída é normal nesse tipo de negócio. E a cláusula Marlim só seria aplicada naquela situação da Petrobras colocar o seu petróleo pesado para a refinaria. Então, foi uma cláusula que acabou não acontecendo, porque não houve aquela reforma que estava prevista no conceito do projeto.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – De acordo com o relatório de fiscalização do TCU, a Astra havia adquirido 100% da Refinaria de Pasadena em janeiro de 2005, por US\$42,5 milhões, da empresa Crown. De acordo com a Petrobras, análises indicam que a Astra desembolsou pelo conjunto de Pasadena aproximadamente US\$360 milhões. Desse valor, US\$248 milhões foram pagos à proprietária anterior; e US\$112 milhões correspondem a investimentos realizados antes da venda à Petrobras.

V. S^a conhece essas análises? Poderia detalhá-las?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, eu não as conheço. Foi num período bem anterior. Eu não saberia detalhá-las não, porque quando eu cheguei, nós já estávamos numa outra fase de fazer a gestão da refinaria.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a não tem conhecimento?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não tenho conhecimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A Astra se contrapôs à venda dos 70% por US\$365 milhões. A Petrobras formulou nova proposta de compra por US\$470 milhões e 70% das ações. A Astra não aceitou e fez uma contraproposta de US\$745 milhões. Em fevereiro de 2006, as partes celebram um acordo e depois assinam um contrato de compra e venda por US\$360 milhões, 50% da refinaria e da Trading Company.

V. S^a entende que esse valor era adequado à época?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não tenho parâmetros dessa época. Foi uma época bem anterior à da minha entrada. Eu posso reafirmar que os valores de processamento de refino por barril de petróleo são variáveis realmente em relação ao mercado mundial...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas pela sua...

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Mas eu não sei... Eu não participei dessas negociações, e elas são num período bem anterior ao da minha entrada.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas, pela sua experiência, por exemplo, as aquisições no mercado americano à época ocorreram por valores muito diferentes desse?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Um histórico que me foi apresentado, houve aquisições, sim, até em valores superiores, por custo unitário de barril de petróleo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quando V. S^a tomou conhecimento das cláusulas de Marlim e de *Put Option*? V. S^a considera que eram cláusulas centrais para a definição do negócio? Qual a sua visão sobre essas cláusulas?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu tomei conhecimento dessas cláusulas numa reunião de diretoria alguns meses depois da minha entrada, quando, numa determinada discussão, isso foi colocado. O que eu posso dizer é que não me causou muita surpresa ter uma cláusula de saída. Isso acontece em vários tipos de negócios de aquisições, quando há algum problema de sociedade. E, quanto à cláusula de Marlim, ela só seria aplicada no caso de a Petrobras exercer uma opção de colocar o petróleo de Marlim, mas isso só seria possível com a reforma da refinaria. A refinaria, com seu parque de processamento, não teria condições de processar o petróleo de Marlim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu vou lhe repetir a pergunta aqui...

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Pois não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... porque eu queria a sua resposta objetiva a essa pergunta.

V. S^a considera que eram cláusulas centrais para a definição do negócio ou não?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – De novo, é assim...É tentar colocar uma questão hipotética, é difícil falar por hipóteses, mas eu afirmo que não me causou surpresa.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não eram centrais, então?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não me pareceram centrais para a definição desse tipo de negócio, mas isso eu estou falando *a posteriori*, quando eu tomei conhecimento da cláusula. Eu não conheço o entorno dessas discussões e dessas negociações, quando foram feitas à época.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – De acordo com estimativas da Petrobras, o projeto de adaptação da refinaria para processar o óleo de Marlim teria um custo de US\$588 milhões. Com uma taxa de desconto de 6,9%, o valor presente líquido do empreendimento seria de US\$745 milhões. V. S^a acha que existe alguma irregularidade nesses cálculos?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, não me parece. Havia estudos diferentes para apontar qual seria a melhor opção. Uma questão seria os 70% de processamento a 100 mil barris, outra seria 50%, outra opção seria... São vários estudos técnicos e de viabilidade feitos. Havia também um estudo de aumentar a capacidade de 100 mil para 200 mil barris e ter uma capacidade maior de refino. São estudos técnicos de viabilidade econômica e ambiental que são feitos para poder tomar uma decisão. Então, cada tipo de investimento deste, cada projeto tem um valor diferente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas os técnicos do TCU questionaram a cláusula de rentabilidade de 6,9% para a Astra, caso se fizesse o *revamp* para processar o óleo de Marlim. V. S^a acha justo que a Petrobras utilizasse uma taxa de desconto de 6,9% e uma rentabilidade diferente de 6,9%?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não tenho aqui elementos para falar no detalhe dos 6,9%. O que eu posso dizer é que faz sentido ao você impor a um sócio um determinado tipo de projeto que isso seja negociado de alguma maneira, mas eu não fiz nenhum estudo com relação para poder definir. Imagino que os técnicos do TCU...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas mesmo depois, com toda a discussão em torno do tema, V. S^a não se dedicou a estudar melhor?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado Relator, quando cheguei, já estávamos em outra fase, não havia mais essa discussão sobre essa taxa e outras. Quando eu entrei, a preocupação da equipe que estava à frente da refinaria era geri-la da melhor maneira possível como ela estava – temos que lembrar –, naquele momento ou um pouquinho antes, porque havia sido anunciada a descoberta do pré-sal, e isso carreou muitos dos investimentos da Petrobras para projetos de produção. Então, a preocupação era fazer com que a refinaria funcionasse bem e com segurança; já era outro cenário.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Tinha um laudo elaborado pela Muse & Stancil, que apontou para uma faixa de valor entre US\$84 milhões, taxa de desconto de 14%, e US\$186 milhões, taxa de 10%. V. S^a entende que essas taxas de desconto representavam bem o custo de oportunidade da Petrobras em 2006 ou V. S^a acha que essas taxas de desconto são mais adequadas que 6,9%?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não conheço esse estudo. Foi em 2006, e eu entrei em 2008, já num outro cenário. Eu não conheço esse estudo, Deputado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Esse estudo V.S^a não conhece?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não conheço.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – De acordo ainda com os técnicos do TCU, a Petrobras pagou à Astra, pela compra dos primeiros 50% da refinaria, o valor de US\$189 milhões, e, pela compra dos primeiros 50% da comercializadora, o valor de US\$170,3 milhões. Segundo a Petrobras, a operação não envolveu apenas a compra da refinaria, mas, sim, um negócio bem mais amplo e diversificado. V. S^a discorda desses valores e dessas afirmações?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, de novo, falando de um histórico anterior à minha entrada, os gráficos que me mostraram e que estão disponíveis, fazem parte do mercado dessa indústria de petróleo, indicam que o valor naquele momento estava compatível com o mercado internacional.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Vamos a algumas perguntas sobre Pasadena a partir de 2008. De forma geral, a descoberta do pré-sal alterou a estratégia de internacionalização da Petrobras?

A crise internacional de 2008 também alterou o cenário de investimentos no exterior?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Totalmente, Deputado. As duas questões foram muito relevantes em relação às operações internacionais da Petrobras. A questão do pré-sal, em que houve a descoberta de uma enorme província petrolífera na costa brasileira, trouxe uma concorrência fortíssima por recursos, não só financeiros, mas também recursos de equipamentos para desenvolvimento desses projetos futuros e que estão em andamento aí. A crise de 2008 também, por conta de ter reduzido barbaramente as margens de refino. Então, esses dois fatores foram, sim, muitíssimo relevantes na estratégia da Petrobras de manter ou não, ampliar ou não a operação dos seus ativos internacionais. Inclusive, podemos ver pelos volumes de investimento, nas revisões do planejamento estratégico da Petrobras, como foram diminuídos bastante a partir de 2008.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Nesse período, a informação que nós temos é de que houve divergências entre a visão de gestão da Petrobras e da Astra. V.S^a confirma isso? Se confirma, a Astra ausentou-se da gestão da refinaria quando?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A Astra se ausentou a partir do momento em que a Petrobras decidiu não fazer mais a compra dos outros 50%. Ela literalmente abandonou a gestão da refinaria. E a gestão da refinaria, vamos dizer assim, esse gerenciamento tanto da *trading* quanto da refinaria – a Petrobras era sócia 50%, mas a gestão era da Astra – foi um fator muito preocupante.

A nossa equipe gerencial da Petrobras America, lá nos Estados Unidos, ficou realmente muito preocupada porque, se acontece algum problema com uma instalação industrial desse tipo, as consequências são muito sérias. Então, houve uma preocupação muito grande. A Petrobras foi obrigada a assumir gradativamente algumas operações, e foi por esse motivo que a Petrobras entrou com a arbitragem para trazer a Astra de volta para a sociedade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O que V. S^a tem a dizer sobre o comitê de proprietários de Pasadena? Foram muitas as reuniões desse comitê? Quem representava a Petrobras nesse comitê?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – No meu conhecimento, quem representava a Petrobras era o diretor na época, o Diretor Paulo Roberto. Mas, no meu conhecimento, nunca houve uma reunião. Quando foi...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Nunca houve reunião?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu vou chegar lá, Deputado. Eu me antecipei um pouquinho aqui.

A reunião era só para dirimir, no comitê de proprietários, alguma questão que – vamos dizer – as duas empresas, os gestores, não conseguissem resolver. Isso ocorreu em maio, quando dessa decisão da Petrobras de não comprar os outros 50%, e o abandono da Astra da sociedade. Então, foi convocada uma reunião do comitê de proprietários para tratar desse assunto, e o representante da Astra não apareceu.

Então, a Petrobras passou por esse passo, de convocar uma reunião de comitê de proprietários, para, em seguida, entrar com o pedido de arbitragem. Foi isso que ocorreu.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a conhece os termos da carta de intenções para aquisição dos 50% restantes da refinaria e da comercializadora? Quem assinou essa carta? A pessoa que assinou tinha poderes para isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Quem assinou a carta foi o então Diretor Internacional, o Sr. Nestor Cerveró, e ela resumia uma negociação feita. Essa carta é do final de 2007 e resumia as negociações em que se fazia um entendimento do que tinha sido negociado. Só que, na Petrobras, a competência para aquisições é do Conselho de Administração. Isso foi discutido em uma reunião em fevereiro. Eu estou falando tudo isso de memória, Deputado. Estou falando antes da minha entrada. Em fevereiro, a Diretoria Executiva, então, resolveu submeter o assunto ao Conselho, nessa reunião de 3 de março.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Relator, só uma frase que o Sr. Jorge falou...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sim.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – A responsabilidade de aquisição, de quem é, na Petrobras?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Segundo o estatuto da companhia, aquisições têm que ser levadas ao Conselho de Administração.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – A responsabilidade é do Conselho de Administração?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Elas têm que ser levadas ao Conselho de Administração.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Ótimo. É isso.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A Diretoria Executiva... Nem o diretor nem a Diretoria Executiva têm a competência...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – A responsabilidade é de todos os conselheiros?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – ... a competência para fazer a aquisição. É uma pauta...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – É do Conselho, não é?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Tanto é que essa pauta foi levada para o Conselho.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – De todos os conselheiros. É só isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas, na sua avaliação, o então Diretor Nestor Cerveró tinha poderes para assinar a carta?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A carta era uma carta de entendimento das negociações que foram feitas. Então, ele tinha, como gestor da companhia, que colocar em uma carta. Só que essa carta foi entendida, posteriormente, pela Astra, como um compromisso firme.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Só para entender melhor essa carta de intenções: o valor lá estabelecido seria diferente daquele que decorreria da aplicação dos mecanismos de definição do preço de transferência das ações constantes do acordo de acionistas?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Olha, Deputado, nós estamos falando de um assunto de sete anos atrás. Eu não tenho dados, não tenho nenhum documento da Petrobras, desde que eu me aposentei. Não tenho nenhum documento...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas essa carta V. S^a viu?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Na época, eu vi, quando foi submetida a pauta para o Conselho dessa reunião de maio.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pois então, o TCU afirma que a definição do valor relativo aos 50% restantes deveria ser calculado em base contratual, assim constante no laudo arbitral que chegou a valores próximos a US\$444 milhões.

V.S^a saberia dizer se a carta de intenções apresentou valores diferentes desse?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, eu não saberia. Eu não conheço os entornos da negociação que foi feita ali naquele segundo semestre de 2007. Realmente eu não conheço. O que eu sei é que houve diversas conversas para poder ver, vamos dizer, como resolver a questão, porque a Astra não estava mais concordando com aquele investimento a ser feito em Pasadena. Então, chegou-se num momento de...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Apenas para fechar aqui a sua opinião – fala-se muito dessa carta de intenções –, V. S^a concorda que a carta abriu precedentes para que a Astra buscasse, judicialmente, um maior valor para a saída do negócio? Como, por exemplo, o Poder Judiciário nos Estados Unidos tratou essa carta de intenções?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Era uma carta de entendimento das reuniões, das negociações – como falei, não conheço o entorno das negociações que foram feitas –, mas a Astra teve um entendimento diferente da Petrobras. A Astra entendeu que era um compromisso firme. Por isso, ocorreram as ações subsequentes. Não havia, por parte da Petrobras... É de conhecimento interno; todo mundo sabe que é um assunto a ser submetido e aprovado pelo conselho. É um termo que é usado, Deputado, assim, *subject to board approval*, e, por algum motivo, a Astra entendeu diferente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sobre a arbitragem e o processo judicial, foi a Petrobras que deu início ao processo de arbitragem. Por que e quando ocorreu essa decisão e qual foi a participação do Conselho de Administração nessa decisão?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Sim, quando a Astra ficou descontente com a decisão da Petrobras de não comprar a segunda parte dos 50%, a Astra abandonou a negociação e retirou seu pessoal da gestão da refinaria.

Então, o pessoal da Petrobras America e todo o corpo técnico da Petrobras ficou muito preocupado com a insegurança da instalação da refinaria e a segurança das operações.

Nesse momento, foi indicado que haveria necessidade, então, do tal comitê dos proprietários. A Petrobras convocou o comitê, e o representante da Astra não compareceu. Então, a AIE (Agência Internacional de Energia)... Não havia outra alternativa, e foram construídas as condições para que a Petrobras entrasse com o processo de arbitragem.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Partindo do princípio de que a Petrobras sempre teve interesse na aquisição de toda a refinaria, que a Astra poderia não realizar os investimentos do Revamp e que US\$745 milhões eram um valor adequado, na sua avaliação, pode-se admitir que a Petrobras já esperava que a Astra exercesse o direito de *put option*?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu não sei informá-lo o que a Astra estaria imaginando ou não.

Realmente...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas, olhando para essas informações e para esses dados?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Poderia não entrar, poderia continuar discutindo e procurando uma definição de consenso. Era uma sociedade de 50% a 50%. Agora, a Astra entendeu dessa maneira.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Nos termos contratuais, a Petrobras só exerceria o controle caso utilizasse o seu direito de sobrepor ou impor decisão, permitindo à Astra exercer o *put option*.

V. S^a não acha que a intenção da Petrobras era exatamente essa, com essas cláusulas?

V. Ex^a não acha que essas cláusulas eram boas, do ponto de vista da Petrobras, que poderia então assumir 100% das ações?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu não tenho conhecimento de nenhuma intenção da Petrobras que provocasse o desenvolvimento, vamos dizer, do assunto para chegar a essa conclusão.

Realmente, não me parece algo que seja razoável.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Isso nunca foi discutido na Petrobras?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Nunca foi discutido.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Em relação ao valor, V. S^a se lembra qual foi a decisão da arbitragem?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu não tenho os nomes já tem algum tempo, eu não tenho os dados, eu não tenho os números, mas...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a Petrobras aceitou o valor que foi estabelecido?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A Petrobras pediu a arbitragem, e a comissão arbitral determinou um valor. A Petrobras estava disposta a cumprir esse valor. Ela só não cumpriu porque a Petrobras queria que a Astra tivesse...encerrasse definitivamente o assunto e retirasse as ações judiciais que estavam correndo em paralelo com a arbitragem...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas por que a Petrobras optou por continuar a disputa judicial, já que a decisão judicial referendou o laudo arbitral?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A Petrobras queria fazer, encerrar o assunto no resultado da arbitragem. Como a Astra não deu a quitação, não quis encerrar definitivamente o assunto, então, foi por isso, por uma decisão da Astra, que as ações judiciais prosseguiram.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a sabe se houve um acordo extrajudicial entre a Petrobras e a Astra?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Quando entrou nesse aspecto da arbitragem das ações judiciais, o assunto passou a ser conduzido pelo departamento jurídico da companhia, como deve ser mesmo e, no final, depois do resultado da arbitragem e do resultado das ações, a negociação ficou, na época, por conta da chamada Gerência de Novos Negócios, ligada à Presidência, que foi a gerência que acabou por formatar, junto com o serviço jurídico, o acordo final.

Desde que o assunto entrou na esfera jurídica, a área internacional era uma área operacional dos ativos. A preocupação sempre foi fazer a gestão das instalações industriais.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – No caso do complexo de Pasadena, no Texas, que inclui uma empresa comercializadora, fornece gasolina e diesel para o exigente mercado americano, e está localizada em uma área estratégica, seria razoável estimar um custo de capital menor que US\$1,5 bilhões para uma unidade similar?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Nós estamos falando de duas empresas, né? Uma é a refinaria em si; a outra é a comercializadora, que também tem valores bastante variáveis de acordo com o mercado.

O que eu posso lhe dizer é que a localização de Pasadena era muito boa; ela estava ali no Texas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Era ou é?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Ela é muito boa; ela está no Texas, no canal com acesso a diversos dutos, e, de novo, Deputado, eu não acompanho mais o dia a dia da empresa, mas eu andei lendo notícias de que a refinaria, hoje, está com uma operação superavitária, principalmente por conta da maior produção do chamado *tight oil*, ali no Texas, que vem das rochas, do xisto, enfim, dessa parte mais betuminosa. E essa produção aumentou; é um petróleo bastante adequado para a refinaria e agrega bastante valor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A partir do valor estabelecido pela Muse & Stancil, de US\$186 milhões, o TCU determinou que dirigentes da Petrobras apresentassem alegações de defesa ou recolhessem aos cofres da Petrobras a quantia de US\$580 milhões, o que corresponde a uma diferença entre US\$766 milhões e os tais US\$186 milhões. V. S^a considera razoável essa determinação?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não conheço o relatório da Muse & Stancil, e eu não tenho elementos para fazer uma avaliação desses valores, mas eu, em princípio, digo...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O TCU está mandando devolver US\$580 milhões.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não tenho elementos para poder comentar isso, Deputado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu gostaria agora de fazer alguns questionamentos sobre os contratos da Petrobras na área internacional. O jornal *Valor Econômico* publicou, em 31 de julho de 2014, uma matéria que trata dos resultados da apuração interna da Petrobras, que teria concluído que quatro dos cinco negócios investigados, conduzidos pela Diretoria Internacional, tiveram sustentação e não foram lesivos à companhia. Contudo, sobre o contrato de US\$ 825,6 milhões, da SMS (Segurança, Meio Ambiente e Saúde), em nove países, celebrado com a Odebrecht, caso não houvesse sido feito um aditivo, que reduziu o valor do contrato a aproximadamente a metade, haveria um potencial de perda para a Petrobras. V. S^a era o diretor internacional à época da celebração desse contrato. Essa comissão detectou potenciais perdas para a Petrobras. Foram, de fato, tomadas as medidas que posteriormente resultaram em um aditivo que reduziu o valor do contrato para US\$ 481,6 milhões?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu não conheço o relatório da comissão. Já foi depois que eu saí; não li o relatório. Eu contribuí, pediram-me que contribuísse, dei informações da gestão à época, mas não li o relatório. O contrato, esse contrato específico...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas, V. S^a era o diretor internacional à época.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Sim, eu não estou negando isso. O contrato de SMS, para fazer a remediação do passivo ambiental, levantado nas diversas unidades no exterior, era um contrato de planilhas de preço unitário, semelhante ao que foi no Pégaso, em 2000, quando houve aqueles dois acidentes principais, do vazamento na Baía de Guanabara e na refinaria no Paraná. Então, só seriam pagos os serviços efetuados realmente, efetivamente executados.

Agora, o contrato tem de ter um valor estimado, que foi esse valor de US\$825,6 milhões, que contemplava todo o levantamento feito, mas, paralelamente, já vinha acontecendo um plano de desinvestimento da Petrobras, já se vinha discutindo nas revisões de planejamento estratégico desinvestir em algumas áreas em que não se precisaria fazer esse tipo de serviço. Também, durante o tempo...

Para dar um exemplo, eu me lembro de um vazamento de um posto de gasolina na Colômbia em um prédio vizinho. Não daria para esperar um contrato para fazer o serviço. Então, foi feito localmente; esse serviço não foi feito pelo contrato. Tudo isso somado fez com que acontecesse o previsto no contrato, ou seja, de se pagarem somente os serviços executados efetivamente.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Uma reportagem da revista Época, de agosto de 2013, afirma que o cidadão João Augusto Henriques teria falado abertamente sobre o pagamento de comissões para políticos e para funcionários da estatal. Quem é o Sr. João Augusto Henriques? V. S^a o conhece? O que tem a dizer sobre isso? Existem funcionários em sua Diretoria ligados a esse senhor?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Olha, eu posso afirmar que eu não conheço nenhuma atividade do Sr. João Augusto em relação aos assuntos da área internacional. O Sr. João Augusto foi funcionário da Petrobras; eu o conheci quando entrei na Petrobras. Ele era funcionário da Petrobras e conhece diversas pessoas por conta de trabalhar no mesmo segmento nosso, mas não exerceu nenhuma atividade diretamente ligada... Várias das pessoas que são...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ele não é mais funcionário da Petrobras?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Ele não é mais funcionário; já saiu há bastante tempo. Não me lembro em que circunstância.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Existiam funcionários em sua diretoria ligados a esse senhor ou que fossem...

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não ligados. As pessoas que trabalhavam comigo na diretoria também eram pessoas que eu conheço há muito tempo, de 30 anos de relacionamento de trabalho e profissional. Há coincidências nesse caso.

Assim como imagino que deva conhecer diversas outras pessoas, diversos outros técnicos, engenheiros, gerentes em diversas outras áreas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas existe, na sua avaliação, a possibilidade de que o Sr. João Augusto tenha exercido influência ou atuado como intermediador de negócio de responsabilidade da área internacional?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Nunca houve isso, Deputado. Nunca houve nenhuma intermediação do Sr. João Augusto em qualquer assunto da área internacional.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Agora, a investigação interna encontrou ligações telefônicas de gerentes para o lobista que disseram ter nomeado diretor, que tinham influência dentro da Petrobras na área internacional. V. S^a, em algum momento, ouviu isso na Petrobras ou teve conhecimento desses fatos?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, senhor. Ele pode ter ligações telefônicas...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Isso está lá na investigação interna que foi realizada pela...

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não conheço o relatório da investigação interna, Deputado. Desculpe. Eu poderia ter acesso ao relatório e poder, então, tecer comentários. Eu não conheço o relatório.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O relatório da comissão interna foi encaminhado ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e há uma investigação ou processo judicial em curso sobre isso. V. S^a é sabedor disto, né? (*Pausa.*)



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Segundo, houve oferecimento e aceitação pela Justiça de denúncia contra V. S^a e mais oito pessoas, incluindo um diretor da Odebrecht Engenharia Industrial, o Sr. Marco Duran, por fraude em licitação. O Ministério Público também requereu a perda dos empregos públicos e o pagamento de multa equivalente a 2% do valor contratado. O que V. S^a tem a dizer sobre isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu tomei conhecimento desse assunto pela imprensa. Depois, eu confirmei que realmente o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ofereceu essa denúncia. Mas eu não conheço o seu teor. Eu ainda não fui citado.

Então, a partir do momento em que eu puder ter conhecimento do teor desse assunto, eu poderia fazer algum comentário. Eu só tive conhecimento desse assunto um, pela imprensa e, segundo, depois confirmando que realmente houve essa oferta de denúncia do Ministério Público. É o que eu sei neste momento, Deputado.

Quando eu tiver mais informações, eu poderei comentar o assunto com um pouco mais de detalhe.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem. Ainda no relatório da comissão, foi mencionado o Sr. Sócrates José Fernandes Marques da Silva. Ele foi assistente de V. S^a?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Sim, sim. De novo, eu não conheço o relatório, não sei em que ele foi citado, mas que ele era meu assistente, era. Eu o convidei para ser meu assistente. Eu conheço o Sr. Sócrates desde quando eu entrei na Petrobras. Nós entramos no mesmo órgão, no mesmo setor. Então, eu conheço ele desde lá.

Depois, nós fomos contemporâneos na época em que eu trabalhei na Petrobras Distribuidora. Ele em uma área, e eu, em outra, mas eu o conheço há 30 e poucos anos. Quando eu cheguei à área internacional, eu tomei conhecimento de que o Sr. Sócrates trabalhava lá, em uma gerência. E, pela confiança mútua – um cargo de assistente é um cargo de confiança –, eu o convidei para ser meu assistente. Isso é verdade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem. Uma última pergunta. V. S^a tomou a decisão unilateral de centralizar a execução dos serviços de SMS sem anuência do seu corpo técnico e gerencial, além de não ter submetido à Diretoria Executiva as alterações da aplicação do contrato de SMS de Pasadena?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – São duas perguntas. O senhor poderia repetir a primeira porque ela... são duas... A outra fala de Pasadena.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a tomou a decisão unilateral de centralizar a execução dos serviços de SMS sem anuência do seu corpo técnico e gerencial?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, senhor. Não houve decisão unilateral.

Em junho de 2009, quando nós fizemos aquela reunião em que o tema era SMS, foi apresentado um quadro bastante preocupante por toda a equipe. Foi feito, então, foi discutido, foi um consenso de se fazer um levantamento um pouco mais detalhado e, durante esse levantamento, foi-me trazida a ideia por diversas pessoas da equipe de fazer um programa semelhante ao Pegaso, que é o Programa de Excelência em Gestão Ambiental e



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Segurança Operacional, que a Petrobras aplicou depois do acidente em 2000, que teve um sucesso retumbante e levou a Petrobras a ter um outro nível de excelência nas questões de SMS.

Então, a sugestão veio da equipe de fazer um trabalho nos mesmos moldes. É por isso que o contrato foi de planilhas. Não houve decisão unilateral para centralizar serviços. Houve um consenso de que fazer um programa Pegaso da área internacional seria uma coisa muito bem-vinda, muito bem vista por toda a comunidade da indústria de petróleo internacional.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Há também a informação de que V. S. não teria submetido à Diretoria Executiva as alterações da aplicação do contrato de SMS de Pasadena. É verdade isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, não é verdade.

Quando nós tratamos e discutimos na Diretoria a questão do contrato em si, já se falava em desinvestimento em refinarias. Então, foi uma sugestão minha de nós aprovarmos o contrato como ele estava proposto e que as autorizações de serviço seriam feitas por partes. O primeiro, para todos os serviços de postos, de exploração, produção, etc e tal, e, no caso de refinarias, nós traríamos à Diretoria os assuntos para cada refinaria, porque naquele momento existia uma intenção, por exemplo, de se desfazer de algumas instalações de refino no exterior. Estávamos dando uma volta por conta da descoberta do pré-sal. Então, foi um processo normal de aprovação desses projetos.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem, Sr. Presidente. Eram essas as perguntas, os questionamentos do Relator. Aproveito a oportunidade para agradecer ao Sr. Jorge Luiz Zelada pelas suas respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos agora ouvir os autores dos requerimentos.

Pela ordem, o Deputado Rubens Bueno, autor do Requerimento nº 233. V. Ex^a tem cinco minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer rapidamente aqui uma abertura e, em seguida, fazer a pergunta ponto a ponto, resposta sim ou não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ah, V. Ex^a usará os dez minutos, fazendo a intercalada.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Isso.

Sr. Relator, senhor convidado, nós estamos agora acompanhando há pouco o voto do Relator, Ministro José Jorge, do Tribunal de Contas da União, quando ele acaba de, no seu relatório, incriminá-lo também, naquele relatório anterior, dos prejuízos causados à Petrobras nesse negócio de Pasadena, além de também colocar a Presidente atual, Graça Foster. O seu relatório já foi lido e agora, evidentemente, aguarda a votação em Plenário do Tribunal de Contas da União.

Tal fato já aconteceu há poucos dias, no mesmo horário desta reunião, quando lá foi lido e aprovado o relatório, condenando 12 diretores da Petrobras, inclusive



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

um deles preso, o Sr. Paulo Roberto Costa, e ali pedindo a indenização de US\$792 milhões a decisão do Tribunal de Contas da União.

E claro que ainda há mais, há mais coisas, porque agora é uma tomada de contas especial. Não é mais apenas um relatório deste ou daquele auditor. Então, a coisa se agrava a cada momento.

E o senhor foi, recentemente, denunciado pela Justiça do Rio de Janeiro, que atendeu a uma denúncia do Ministério Público, e o senhor é réu, o senhor é réu. O senhor diz que não conhece o teor, mas a audiência já está marcada para o dia 4 de setembro. Como é que a audiência está marcada, e o senhor não tem conhecimento do teor dessa denúncia?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não recebi essa citação, fazendo essa convocação. Isso é verdade; eu não recebi. Eu não conheço o teor da denúncia, isso é verdade.

Desse assunto do TCU que o senhor está colocando eu estou tomando conhecimento agora pelo senhor.

Vou também me inteirar da...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Já foi publicado, não é? Já foi publicado. E sempre penso que aquele que está sendo processado e deve dar respostas procura até saber diretamente na Justiça se está confirmada aquela data, até para ajudar a Justiça a processar rapidamente.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Sim, senhor. Eu tomei conhecimento dessa denúncia do Ministério Público pela imprensa, fui procurar saber e confirmei que o Ministério Público fez essa denúncia ao Tribunal. Nós estamos no meio do andamento desses assuntos. O que eu lhe estou afirmando é que não conheço o teor da denúncia, eu não conheço o que baseou a denúncia. Então, fica difícil comentar. Eu estou buscando isso. Eu não recebi essa citação com a denúncia. Eu não a recebi ainda. Por isso, é que eu lhe estou dizendo que nós estamos no meio do desenvolvimento desse assunto.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A CPMI recebeu documentos que indicam que a sua senha pessoal foi utilizada duas vezes; que teve acesso a documentos sigilosos da Petrobras, repassados à empresa SBM Offshore. Isso consta dos documentos da CPMI.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu vou até agradecer a oportunidade de o senhor ter feito essa pergunta.

Eu, como diretor da Petrobras, li e imprimi, seja em arquivo eletrônico ou em papel, não dois documentos, mas centenas de documentos, porque são documentos – e não sei que documentos são esses! – que fazem parte da pauta da Diretoria Executiva. Então, eu lia, abria, lia, para tomar conhecimento dos assuntos que compõem a Diretoria Executiva. Agora, o que eu posso afirmar é que eu nunca entreguei documento nenhum para qualquer entidade externa. Nunca entreguei! Agora, que eu tenha imprimido alguns documentos, eu posso ter imprimido, mas não foram dois documentos; foram centenas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Quer dizer que nem aos documentos que tratam do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Pré-Sal o senhor também não teve acesso, nem os repassou à SBM?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não. Acesso eu tive, porque era pauta de diretoria.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O senhor os repassou?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não repassei.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A pergunta é: o senhor os repassou?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, não, não! Não repassei documento algum para qualquer entidade externa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O Sr. Júlio Faerman não teve acesso a esses documentos? Ele é o representante da SBM no Brasil.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Nunca tive nenhum relacionamento comercial com a SBM. Em todos os órgãos em que trabalhei na Petrobras, nunca tive relação comercial com a SBM. Então, os executivos da SBM, eu nem os conheço. Eu conheci o Sr. Júlio Faerman como representante porque ele é uma pessoa muito antiga no mercado, no segmento da indústria de petróleo do Brasil, há mais de 50 anos. Então, é uma pessoa já de idade e muito conhecida. Por isso, eu o conheço, mas nunca tive...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Então, faço uma pergunta mais direta.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Mais direta.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Quem usou a sua senha?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A minha senha era pessoal.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, mas ela foi usada em dois momentos, e, agora, como o senhor acaba de dizer, em centenas de documentos. E esses documentos foram repassados à empresa SBM. Quem usou a sua senha?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Quem usou a minha senha...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Temos aqui uma festa do Nordeste.

Pois não.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A minha senha é de uso pessoal. Agora, o que eu afirmo é que não repassei documento nenhum...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E nenhuma outra pessoa utilizou a sua senha?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não acredito que alguém tenha usado minha senha.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Usou ou não usou?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não acredito!

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não acredita.

O senhor fez uma viagem, que foi programada. Até a Diretoria da Petrobras, em investigação externa, aliás, em investigação interna, disse que o senhor constava da lista dos convidados da empresa para uma viagem de turismo paga pelo Sr. Júlio Faerman, aqui indicado, para uma excursão enogastronômica a Buenos Aires.

Esta é a pergunta: essas despesas foram pagas pelo senhor ou por Júlio Faerman? Foram vários dias, não é?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu fiz uma viagem a Mendoza, visitando vinícolas, porque é um interesse pessoal. Gosto de vinho, gosto de gastronomia e eu já havia feito uma viagem no ano anterior, dois anos antes, para vinícolas no Chile. Uma viagem de férias, normal, e que foi paga por mim. Foi paga por mim. Foi um período de férias.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E o Sr. Renato de Souza Duque estava presente?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Estava. Eu fiz uma viagem com o diretor Renato Duque, num ano anterior, dois anos, para vinícolas no Chile. E estávamos conversando sobre...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O senhor já respondeu.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Já respondi.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Se o senhor pagou do seu bolso, não há o que mais falar. O seu gosto vale para o senhor.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Obrigado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E tenho certeza, por ser diretor da Petrobras e agora como réu, sendo processado, deve ter bom gosto.

A pergunta também que eu gostaria de fazer é sobre o contrato da Petrobras com a Norberto Odebrecht, que custou US\$860 milhões e depois foi baixado para US\$480, numa auditoria interna. E o senhor respondeu recentemente aqui que desses valores o senhor não tinha conhecimento, mas que tinha conhecimento de valores maiores do que os indicados, na resposta que o senhor deu ao Relator.

Que valores maiores são esses, além deste de US\$860 milhões?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu devo estar com problema de entendimento, Deputado, porque os valores que eu falei sobre o contrato da Odebrecht, um valor é o da estimativa do contrato, e o outro valor, que foi efetivamente pago por serviços efetivamente realizados e que foram a menor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Que foram a menor, US\$330 milhões, que a auditoria identificou como dissociados de qualquer dos serviços contratados. Aí é que está. O contrato já estava feito, já estava andando, e aí a pergunta. O senhor disse que sabia até de valores maiores do que esse. O senhor respondeu ao Relator.

(Soa a campainha.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Então, chamou a atenção a sua presença dentro da empresa e esses valores, mas...

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu me lembro de ter falado sobre valores maiores sobre a aquisição de Pasadena. Não sobre esse contrato.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas o José Orlando esteve aqui, na semana passada, e disse que a ordem veio do senhor para esse negócio.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Qual negócio, Deputado?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Esse negócio da decisão arbitral, e aí falando dos valores, finalmente, do que se pagou. Que a ordem veio do senhor para se tomar a decisão de fechar aquela decisão sem fazer com que o recurso pudesse ter seqüência. Ou



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

mesmo que o recurso, na sequência, desse um prejuízo maior. Que a ordem teria vindo do senhor.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Nenhum diretor – não sou só eu – tem competência isoladamente para tomar uma decisão dessas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Então, o senhor a tomou em colegiado.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Foi em colegiado. A Diretoria Executiva...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Com a anuência do Conselho?
(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Esse caso não vai para o Conselho. A Diretoria Executiva, depois dessa ação da Astra de abandonar a sociedade, realmente discuti que não havia outro caminho senão entrar com o processo de arbitragem. Agora, essa foi uma decisão do colegiado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu agradeço e volto à minha lista de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – À sua lista de inscrição.

Deputado Carlos Sampaio. (*Pausa.*)

Deputado Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Já contemplado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já está contemplado.

Deputado Sandro Mabel.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Não estou contemplado. Então, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Sandro Mabel, V. Ex^a vai utilizar os cinco minutos isolados ou os dez minutos intercalados?

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Vamos ter os dez minutos intercalados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Intercalados.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Presidente, Dr. Jorge Luiz Zelada, esse assunto da Petrobras me intriga, no sentido de como as tomadas de decisões são tomadas numa empresa dessa magnitude, de negócios dessa magnitude.

A primeira pergunta que eu gostaria de fazer ao senhor é a seguinte: o Conselho de Administração da Petrobras, quando recebe um relatório, e aí diz que tinha *put option* ou não tinha e que tinha isso no relatório ou não tinha, que passaram um relatório furado, como a Presidente Dilma mesma falou. Na opinião do senhor, que está há 32 anos na Petrobras, não é isso?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Trinta e dois.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Na opinião do senhor, esses membros do Conselho de Administração, incluindo aí a Presidente Dilma, que era Presidente do Conselho, tinham competência para decidir isso aí?

Conheciam do assunto para tomar essas e outras decisões, como a construção da Abreu e Lima, que também foi um negócio que começou com 2,5 bilhões e está em 25 bilhões? O próprio Presidente da Petrobras disse que, se ele fosse dono da Petrobras, ele não teria construído a Abreu e Lima.

A primeira pergunta é esta: o senhor acha que esse Conselho tinha competência, uma vez que ninguém do Conselho perguntou se o contrato tinha *put option* ou não? Porque quem é do ramo sabe fazer essa pergunta. Se o senhor perguntar para mim sobre boi, sobre cavalo, sobre biscoito, eu sei responder. Se o senhor é o presidente de uma fábrica de biscoito, eu falo que essa fábrica faz isso, não faz aquilo... Na sua opinião, tinha?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu acho que uma aquisição, que vem acompanhada de diversos documentos, pode ser analisada pelos assessores de conselheiros, de diretores... Acho que há elementos. O resumo executivo, como ele diz, é um resumo; se ele abranger todos os itens, deixa de ser um resumo. Foi um assunto tratado em 2005, 2006, com toda a negociação, bem antes da minha entrada, e eu não conheço as circunstâncias do encaminhamento ou da discussão da diretoria nesse assunto para ser submetido ao Conselho.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – A resposta do senhor é política. Eu quero uma resposta real, uma resposta técnica. O senhor foi diretor de uma Petrobras internacional, o senhor é uma pessoa que tem um poder de avaliação. Ou então o senhor também foi colocado errado lá, o que eu não acredito, pelo tempo que o senhor tem de Petrobras, pela experiência que o senhor falou que tem... O senhor também esteve participando do Conselho, o senhor viu outras decisões que foram tomadas na sequência...

A minha pergunta é: o senhor acha que esse Conselho tinha competência? Esse Conselho que estava na Petrobras em 2006, em 2007, em 2008, em 2009. Desde que o senhor entrou em diante, o senhor, como membro da Petrobras, conhecia as decisões do Conselho. Pergunto: o senhor acha que esse Conselho tinha competência para isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Bom, eu vou responder objetivamente, Deputado.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Vamos lá.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu acho que tem competência, sim.

Só quero fazer uma observação: os diretores da Petrobras não participam do Conselho, eles não são conselheiros. Só o Presidente da companhia é que é conselheiro, junto com os demais indicados para o Conselho de Administração. Agora, os diretores sempre participam como ouvintes para prestar alguma informação que lhes seja solicitada.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Está certo.

Eu vou lhe fazer uma pergunta. O senhor viu que Pasadena foi comprada, que se gastou em torno de US\$554 milhões na refinaria, e para comprar a *trading* gastou o senhor US\$341. Aqui todo mundo fala em Pasadena e tal, mas não se separa uma coisa da outra. A refinaria tem máquina, planta, instalações brutas, como diziam, porque tem muito



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

investimento, mas a *trading* não tem nada dentro. Nós pedimos o imobilizado dessa *trading* quando ela foi adquirida, mas as informações ainda não chegaram. Mas eu lhe pergunto: o senhor acha que, por essa proporção por que foi comprada, essa *trading* valia o que se pagou por ela?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – O senhor tem razão em dizer que são duas coisas. Uma coisa é a instalação física, a instalação industrial, e outra é uma atividade de comercialização, que também tem seu valor. E esses valores, tanto o de instalação industrial por processamento de barril de petróleo quanto o de uma comercializadora, são muito variáveis ao longo do tempo conforme o mercado mundial – se as margens estão mais altas ou mais baixas. Eu não tenho aqui o gráfico referente a esse período a que o senhor está se referindo para dizer se estava de acordo ou não. Pelos relatos que me foram feitos posteriormente, estava de acordo, sim.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Vou fazer duas perguntas seguidas aqui, que se referem, mais ou menos, ao mesmo tema. O senhor estava entrando no dia 3 de março, no mesmo dia em que foram apresentados para o Conselho, pelo diretor que estava saindo, os outros 50% da Petrobras. Ele estava saindo e colocou essa decisão no Conselho, o senhor entrando, o senhor mesmo disse: "Oh, não, eu fui aprovado nessa reunião!" Isso não parece que foi uma saideira do diretor, que deixou passar mais esse negócio?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não me parece, não, Deputado. Não me parece, não. Não foi o diretor que colocou o assunto ao Conselho. Ele foi apreciado pela Diretoria Executiva numa reunião de fevereiro. A Diretoria que aprovou a submissão da pauta ao Conselho. Então, não me parece dessa maneira como está colocada a pergunta.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – A redução do contrato da Odebrecht. Eles dizem que reduziram 50%. Parece que havia 50% de gordura no contrato, que foi reduzido e assim por diante. Reduziram-se 50% do contrato ou reduziram-se, por exemplo, os países. Parece-me que iam fazer em cinco países e passaram para fazer três. Enfim, cortaram escopo de serviço, e não o valor do contrato que estava inflado e, de repente, foi cortado porque alguém chamou a atenção. Qual é a realidade?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A realidade é quantitativo de serviço

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Reduziu-se o quantitativo de serviço?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – O quantitativo de serviço, tanto por saída dos investimentos, redução de países; não por gordura.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Então, essa imagem que se passa de que o contrato era de US\$800 milhões e, depois que alguém deu um grito, virou US\$400 não quer dizer que se deu um desconto de 50%. Quer dizer que se reduziu o quantitativo de serviço? Iam-se fazer 100 e resolveram fazer 50? É isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – É verdade. É isso.

O noticiário fala em contrato de preço global, quando, na realidade, o valor do contrato era um valor estimado com aquele quantitativo de serviço. Mas já era definido



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

que só se pagaria serviço executado. Diminuindo-se a quantidade de serviço, diminui-se o valor pago.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – E por que se tomou essa opção mesmo de diminuir o serviço? O senhor explicou, mas, que nem o senhor disse, eu estou com um probleminha de compreensão também.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Está bom. A ideia foi fazer um programa de excelência, levar a excelência dos critérios de SMS que a Petrobras já tinha no Brasil para as suas unidades no exterior. Então, fazer de que maneira? Semelhante ao que a Petrobras fez depois do acidente da Baía de Guanabara em 2000, num programa que foi denominado de Pegaso, um programa que teve muito sucesso naquela ocasião. Pegaso seria uma abreviatura do Plano de Excelência de Gestão Ambiental e Segurança Operacional. Então, quando se viu o tamanho do passivo ambiental nas unidades da Petrobras no exterior, a ideia que me foi trazida e que pareceu muito boa era de fazer no exterior um programa que teve sucesso na Petrobras no Brasil. E foi exatamente da mesma maneira, com preços de planilha unitária. Então, por serviço.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Aliás, a Petrobras no Brasil, nessa questão ambiental, é um sucesso, porque você está na praia, vê uma manchinha de óleo, já há uma plaquinha na praia. Você liga, daí a 15 minutos, há uma caminhonete, os caras com a pazinha, jogam tudo aquilo embora. Então, realmente é sucesso.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Agradeço, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Deputado Izalci, em nome do Requerimento 411.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, antes de entrar no mérito...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a vai falar os 10 minutos intercalados ou os 5 minutos?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Algumas perguntas ele pode responder. Vamos falar intercalado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Os 10 minutos.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Antes de entrar no mérito, eu perguntaria a V. S^a: Antes do depoimento na CPI do Senado ou agora na CPMI, V. S^a recebeu alguma instrução, alguma orientação, recebeu alguma pergunta antecipada, uma "colinha"? Foi treinado?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, senhor.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não?

V. S^a disse há pouco que a Petrobras buscou a internacionalização depois de 2001, 2002, e Pasadena já estava à venda há algum tempo, e não se vendia exatamente por questões trabalhistas e ambientais. V. S^a conhece Alberto Feilhaber?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, senhor.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ...que foi ex-funcionário da Petrobras?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não conheço.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a sabe que ele era o Vice-Presidente da Astra?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu soube depois, até pelo nome, porque eu não conheço, que ele tinha um cargo na Astra, não sei exatamente qual.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Bem, eu não tenho nenhuma dúvida hoje com relação a essa questão de Pasadena. Essa operação foi toda premeditada com a participação do Alberto, ex-funcionário da Petrobras, que, quando adquiriu, pela Astra, a refinaria, logo em seguida fez a operação com a Petrobras, inclusive com o Diretor Internacional Nestor Cerveró, que conduziu o processo e, inclusive, fez o parecer para o conselho de administração.

É na cláusula que foi feita...o contrato já deixou de fato essa perspectiva de futuramente indenizar – não é nem comprar, é indenizar – a Astra.

Está aí o relatório do Tribunal de Contas que comprova realmente o desvio desses recursos todos. Tivemos o mensalão do Lula, e eu posso dizer que continua ainda o mensalão da Presidenta Dilma na Petrobras. Basta ver o que vem acontecendo em todas essas operações a que vamos chegar logo, logo. Houve uma continuidade. O Sr. José Orlando, quando esteve aqui... participou inclusive, e está respondendo por isso no Tribunal de Contas, da questão da GDK. Está sendo processado por licitação da GDK, que foi exatamente a mesma empresa que deu aquele Land Rover, em novembro de 2004, para o Sr. Silvinho Pereira.

V. S^a conheceu o Sílvio Pereira?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, senhor.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Vou entrar no mérito, então, Sr. Presidente.

V. S^a foi indicado para o cargo diretor da área internacional da Petrobras em 3 de março de 2008, mesma data em que o seu antecessor no cargo, Nestor Cerveró, foi indicado para o cargo de diretor financeiro da BR Distribuidora.

Quem indicou V. S^a para o cargo?

Como se deu essa transição entre Nestor Cerveró e V. S^a na direção da área internacional?

Houve conversa sobre a compra dos 50% remanescentes da refinaria de Pasadena?

Toda a documentação referente à operação encontrava-se organizada?

Como era o relacionamento de V. S^a com Cerveró?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – O senhor quer repetir as perguntas uma por uma para eu responder, por favor?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Quem indicou V. S^a para o cargo?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu estava de férias em 2007 – setembro, outubro – viajando. Eu tinha entrado de férias quando começou a sair notícias.

Eu nunca havia tido essa conversa. Começaram a sair notícias de uma possibilidade de eu assumir a diretoria da Petrobras.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Pelo currículo que eu tenho, quando me apresentei no início desta sessão, para mim é uma coisa natural você ir galgando as posições e tal. O noticiário foi me associando ao PMDB de Minas, mas eu não havia tido contado algum.

Quando retornei de férias, e isso foi em outubro, novembro, o assunto se estendeu até março. Foi quando eu comecei. Algumas pessoas quiseram me conhecer. A pessoa que realmente me contactou, pedindo para me conhecer e mostrar o meu currículo foi o Deputado Fernando Diniz, do PMDB de Minas...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Como foi essa transição com o Nestor Cerveró, essa passagem?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não. Quando fui nomeado, quer dizer, o Nestor saindo e indo para a BR, nós fizemos uma reunião com a equipe, uma reunião simples, rápida em que trocamos algumas impressões. Praticamente várias pessoas que já faziam parte da equipe internacional permaneceram, e a coisa foi andando...

A transição...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Com relação a esses 50% remanescentes houve essa conversa? Como foi esse diálogo? O que foi que ele passou para V. S^a em relação a isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não houve, porque o assunto tinha sido apreciado ali, já pelo Conselho. Já havia passado essa fase. Não houve...

O Conselho não quis aprovar em março e, definitivamente, não aprovou em maio.

Não houve essa conversa.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu digo pelo seguinte: o próprio José Orlando, e a gente também percebe em outros depoimentos, que, quando houve a questão do Conselho Arbitral e definiu-se o valor da indenização, a Petrobras resolveu recorrer à Justiça questionando operações que foram feitas da Astra com a Petrobras americana no sentido de que ela estaria ganhando em cima disso, apesar de, na documentação, haver provas de que o representante da Petrobras tinha conhecimento de todas as operações.

V. S^a disse que a Astra é que não aceitou a negociação. O que nós vimos até agora foi exatamente o contrário: a Petrobras é que foi à Justiça mesmo sabendo que iria perder, porque existiam já pareceres dizendo claramente que a Petrobras tinha que indenizar.

V. S^a confirma que realmente a Astra chegou a aceitar essa proposta do Conselho Arbitral, e a Petrobras é que não quis, porque não é isso que foi dito aqui?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu reafirmo o que eu disse aqui.

Agora, era um conjunto, eram diversas ações, de parte a parte, depois que a Astra entrou com ações, e eu não tenho detalhamento de todo o desenvolvimento dessas ações judiciais; a condução delas estava a cargo do Departamento Jurídico da Petrobras, como deve ser. Eu acho que a Petrobras pode lhe dar os detalhes de como até cronologicamente as coisas aconteceram.

Eu estou falando aqui, na posição de diretor que eu tinha à época, como se deu a linha geral. A Petrobras entrou com a arbitragem porque a Astra se recusou a



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

continuar fazendo a gestão do negócio e porque ela tinha a sociedade de 50% com a Petrobras. Foi por esse motivo. A Astra, em contrapartida, entrou com ações, e aí a Petrobras foi se defendendo, entrando com outras. Então, esse detalhamento, eu não saberia lhe informar, mas a Petrobras pode lhe dar com exatidão. Agora, quando saiu o resultado da Comissão Arbitral, a Petrobras queria encerrar a questão definitivamente, a Astra é que não quis retirar suas ações. Então, o assunto prosseguiu na esfera jurídica por esse motivo.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Quando o Sr. José Orlando esteve aqui, ele afirmou que não desempenhou nenhum papel no processo de compra da refinaria, a não ser o de acompanhar o processo, e que todo o processo de arbitragem foi totalmente coordenado sob a responsabilidade da diretoria internacional. Então, V. S^a que conduziu todos esses processos? Ele apenas acompanhava as decisões de V. S^a, da diretoria internacional?

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – O José Armando realmente não acompanhou. Ele estava preocupado com as operações da Petrobras América, tanto da exploração em produção quanto da refinaria, e com todas essas atividades operacionais, isso é verdade. Agora, a condução da arbitragem e das ações eu reafirmo que quem fazia não era... A diretoria internacional é uma diretoria de negócio; ela não é uma diretoria jurídica. Foi o departamento jurídico, como deve ser mesmo.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas V. S^a tinha conhecimento de que o Conselho Arbitral definiu uma posição e que a Petrobras recorreu à Justiça sabendo que aqueles argumentos utilizados eram totalmente incompatíveis, já que existia dentro do processo arbitral a concordância do representante da Petrobras com relação às negociações alegadas com relação à Astra?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k., é a última resposta no tempo de V. S^a.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu reafirmo: eu tinha conhecimento periodicamente através do departamento jurídico, dentro das reuniões de diretoria, assim como todos os outros diretores. Não havia nenhuma condução da diretoria internacional nesse assunto nem de qualquer outra diretoria. Nós tínhamos informações periódicas de como o assunto estava.

E, quando houve a decisão da arbitragem, a Petrobras não entrou na Justiça; a Petrobras queria encerrar a questão – e isso foi uma discussão –, só que a Astra não aceitou, a Astra não quis retirar suas ações. É como dizer assim: nós chegamos aqui numa decisão arbitrária, então, vamos encerrar definitivamente a questão e vamos retirar as ações da Justiça. A Astra não quis. Foi por isso que o assunto prosseguiu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k., o.k.!

Vamos agora à lista de inscritos.

De antemão, devo agradecer a V. Ex^{as} porque estão obedecendo rigorosamente, para que não existam privilégios. Cada um, nas suas condições e representações, pode exercer seu papel.

Concluimos os autores. Agora, vamos para a lista dos inscritos.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Primeiros três inscritos: Imbassahy, Onyx e Iriny.

Imbassahy, dez minutos.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Pois não.

Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, primeiro, registro nossa indignação com respeito aos fatos revelados na última edição da revista *Veja*. É verdadeiramente estarrecedor para a população brasileira, Sr. Presidente, que técnicos do Senado Federal, como também prepostos da própria Petrobras, altos dirigentes da Petrobras, utilizando inclusive dependências da Presidência da Petrobras aqui em Brasília, com a participação de técnicos do Palácio Planalto, tivessem feito o que fizeram, no sentido de tentativa de obstruir o funcionamento da CPI do Senado. Mas V. Ex^a está conduzindo o assunto com equilíbrio – registro isso de pronto.

Peço também a V. Ex^a, se for possível, ainda um grande empenho para que esta CPMI não frustre a população brasileira, porque, agora, a responsabilidade nossa passa a ser bem maior. Essa é a expectativa da população brasileira.

Dirijo-me agora ao Dr. Jorge Luiz Zelada, que tem 33 anos de Petrobras, um técnico bem-sucedido, que alcançou, inclusive, uma diretoria importante, Área Internacional da Petrobras.

Para a pergunta que lhe faço, eu gostaria de uma resposta: sim ou não. A compra de Pasadena foi um bom negócio ou foi um mau negócio? Foi um bom negócio? Sim ou não?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A compra de Pasadena fazia parte de um projeto maior, que era fazer a reforma...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Eu gostaria que o senhor dissesse se foi um bom negócio. Foi ou não foi um bom negócio?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – O conceito do projeto...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Não. V. S^a... Eu pergunto a V. S^a se foi um bom negócio ou não foi um bom negócio? Sim ou não?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – O conceito do projeto era um bom negócio.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – O conceito do negócio...

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – O conceito do projeto...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Então, para V. S^a, foi um bom negócio a compra de Pasadena.

Segunda pergunta: as cláusulas Put Option e Marlim eram fundamentais para a decisão da compra da Refinaria de Pasadena? Sim ou não?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A Put Option é uma cláusula que existe em vários tipos de negócios dessa natureza, e a cláusula Marlim era para poder remunerar uma condição que a Petrobras tinha, de favorabilidade, de elevar seu petróleo, que estava muito barato no mercado internacional, porque ela não refinava aquele petróleo no Brasil. Então, essas duas condições não são estranhas num negócio dessa natureza.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – O.k. Obrigado. V. S^a reafirma o que disse ao responder a indagação do Relator Marco Maia, que não se trata de nenhum tipo de cláusula chave ou posição chave para o fechamento do negócio.

V. S^a, durante as perguntas e respostas, afirmou que a compra dos ativos é de responsabilidade do Conselho de Administração da Petrobras. Eu pergunto de maneira objetiva: de quem é, efetivamente, a competência para compra e venda de ativos por parte da Petrobras? É da Diretoria Executiva ou é do Conselho administrativo?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – É do Conselho de Administração. A Diretoria analisa e, estando de acordo, submete ao Conselho.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Então, a responsabilidade pela compra de Pasadena, consequentemente, foi do Conselho de Administração. É essa a resposta que V. S^a me dá.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Sim.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – O.k.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Eu reitero aqui a pergunta feita pelo Deputado Isalci. Como se deu essa transição em nível de comando da Diretoria da Área Internacional entre V. S^a e o ex-Diretor Nestor Cerveró, que, embora tivesse sido acusado pela Presidente Dilma como principal responsável por uma decisão errada, porque teria omitido cláusulas que seriam decisivas e fundamentais para a realização do negócio, foi nomeado Diretor da BR Distribuidora? Então, eu gostaria de saber como se deu essa transição, se toda a documentação relativa a Pasadena estava devidamente organizada e se havia livre acesso de todos os diretores da Diretoria Executiva, como também de todos os membros do Conselho de Administração.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não participei, nem como ouvinte, dessa reunião do Conselho que nomeou o Diretor Cerveró para a BR Distribuidora e me nomeou substituindo-o na Diretoria Internacional. A transição foi logo no dia seguinte. Nós conversamos sobre alguns aspectos em geral. Toda a documentação de Pasadena estava lá, arquivada nos órgãos que trataram disso. No dia 21 de fevereiro, antes da minha entrada, esse assunto foi submetido à Diretoria Executiva. Então, na Secretaria-Geral da Petrobras, está toda a documentação relativa a esse processo.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Então, toda essa documentação, todas as informações necessárias para a tomada de decisão estavam devidamente organizadas e à disposição dos demais diretores que compunham a Diretoria Executiva e também dos membros do Conselho de Administração? É esta a resposta: sim?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Sim. E não só nesse processo. Em todos os processos, era da mesma forma.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Mas o material estava todo disponível, todo organizado, com relação à Pasadena.

V.S^a participou da reunião do Conselho de Administração da Petrobras ocorrida no dia 12 de maio de 2008. Nessa reunião, foi praticamente rechaçada a possibilidade de se fazer um entendimento do acordo que se procurava fazer judicialmente.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Eu gostaria de saber de V.S^a quem, durante a reunião do Conselho de Administração, qual foi o diretor que relatou essa proposta de não aceitar a decisão da arbitragem, a proposta do negócio, do acordo com a Astra. Qual foi o diretor e como foi feito esse relato?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não houve relato de diretor na reunião do Conselho. A matéria já havia sido submetida em março. Não houve relato. Ela ficou postergada para maio, para ser deliberada no Conselho. Nós vamos lembrar que, naquela época, já se vinha revisando o planejamento estratégico da Petrobras, em função do anúncio da descoberta do pré-sal em 2007. É disso que eu me recordo, foi praticamente a primeira ou segunda reunião de Conselho de que participei, como ouvinte. Nós estamos falando de seis anos atrás.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Mas como se deu essa decisão? Ela estava na pauta, a decisão de aceitar ou não esse entendimento, esse acordo. Como se deu isso, quem foi que leu, quem fez a proposta, como aconteceu a votação, como ocorreu esse relato? Alguma coisa aconteceu. Não se pode reunir o Conselho de Administração e simplesmente alguém não fazer um relato, uma consideração para que os demais conselheiros tomem conhecimento, por conta disso, formem juízo e deliberem. Então, eu gostaria de ter detalhes dessa decisão.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Essa discussão, a maior parte da discussão já tinha acontecido antes, quando eu não estava. Ali foi revisitado o assunto, houve uma discussão breve e havia um entendimento, isso é o que posso lhe dizer, de que não estava mais na hora de fazer outra aquisição, de que havia uma perspectiva de concorrência por recursos financeiros de equipamentos no Brasil muito forte.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Muito bem. V.S^a, então, não consegue recordar exatamente o que aconteceu na reunião do Conselho. É isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – É, já havia tido essa discussão na reunião anterior, de que não participei.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Estou satisfeito.

O Sr. José Orlando Melo de Azevedo, ex-Presidente da Petrobras America, afirmou aqui nessa CPMI – vou aqui fazer o aspeado: "O processo de arbitragem foi totalmente coordenado e sob a responsabilidade do setor jurídico da Petrobras, que recebia as instruções da Diretoria Internacional". Ele estava se referindo ao período em que V.S^a dirigia a Diretoria Internacional. E ele conclui: "Todas as decisões estratégicas foram tomadas dentro dessa governança". Essa afirmativa é verdadeira ou é falsa?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deve ter havido um equívoco de entendimento, porque o Departamento Jurídico da Petrobras não é ligado à Diretoria Internacional nem é ligado à Presidência. Então, a partir do momento em que a questão entrou na esfera jurídica, ela saiu completamente, vamos dizer, da diretoria. Em qualquer diretoria de negócio acontece a mesma coisa. Periodicamente, havia atualizações de informes para toda a diretoria em conjunto, não para um diretor especificamente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Muito bem, Sr. Presidente. Eu estou satisfeito, mas quero apenas registrar que, no entendimento do Dr. Jorge Luiz Zelada, tanto a cláusula Put Option quanto a cláusula Marlim não eram peças-



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

chave para a tomada de decisão e que a responsabilidade pela compra de Pasadena é de inteira competência do Conselho de Administração daquela organização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a pelo uso disciplinado do seu tempo.

Deputado Rubens Bueno e Deputado Onyx.

O Rubens estava na frente aqui.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, vou usar os dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos inverter. O próximo é o Rubens Bueno.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Rubens Bueno estava inscrito para falar antes.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não, mas o Rubens me autoriza, por conta do voo que tenho que pegar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou restaurar o tempo de V. Ex^a em dez minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Dez minutos.

Às minhas perguntas eu gostaria de respostas o mais curtas possível.

Por que o senhor protege o Nestor Cerveró?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não protejo o Nestor Cerveró.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – *Ok.*

Por quê? Porque todo litígio judicial se dá baseado numa carta de intenções preliminar que o Sr. Nestor Cerveró, em 2007, encaminha para a Astra propondo uma compra da segunda parte por em torno de 700 milhões... E o que ocorre? Aí a Diretoria Executiva da Petrobras nega, ou melhor, o Conselho de Administração nega e a partir daí se estabelece um litígio.

Quem contratou a empresa Thompson & Knight? Quem assinou o contrato?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não sei. A Petrobras contratou. Eu não sei exatamente...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Quem da Petrobras? Tem que dizer nome. Não pode dizer que foi a Petrobras.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não sei. Eu não sei o nome. Eu não sei dizer quem assinou o contrato. Não sei.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Quanto gastou em honorários advocatícios durante o período de litígio?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, quando o assunto entra na esfera jurídica, vai para a condução do Departamento Jurídico. Eu não...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Então, o Departamento Jurídico da Petrobras é que tem o poder de contratar um escritório dos Estados Unidos?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Tem essa competência, sim.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não foi o que disse aqui o depoente da semana passada. Ele disse que a decisão de contratação desse escritório a que me refiro especificamente foi da Diretoria Executiva. Se o senhor é membro da Diretoria Internacional, não o ouviram? O senhor não disse nada sobre isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Vamos lá. Vamos tentar deixar claro.

É possível que, pelo valor do contrato – eu não me recordo –, a competência tenha passado para a Diretoria Executiva. É possível que tenha havido uma pauta do Departamento Jurídico para a Diretoria Executiva aprovar a sua proposição. Nós estamos falando de vários anos, eu não tenho mais documentos comigo, eu não sei, eu não me lembro, mas...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O senhor sabia que era funcionário desse grupo de advogados – é um escritório bastante grande – e que criou uma empresa para dar consultoria na área de negócios, na área de petróleo, o seu colega de Petrobras Renato Bertani, que deixou de atuar na Petrobras América e foi logo contratado pelo escritório que, coincidentemente, é contratado pela Petrobras, via Diretoria Executiva, para fazer uma argumentação em cima de uma carta de intenções que o Sr. Nestor Cerveró fez sem autorização.

É por isto que eu digo que o senhor está protegendo o Sr. Nestor Cerveró: porque já está lá, o Tribunal de Contas já condenou. Agora, o senhor, provavelmente, a partir de hoje, terá os seus bens indisponíveis se o parecer do Relator no Tribunal de Contas for aprovado pelo Plenário do Tribunal, terá a inclusão do seu nome como um dos responsáveis por essa operação que causou prejuízos principalmente à Petrobras, ao povo brasileiro e aos minoritários.

Eu continuo insistindo: em primeiro lugar, quem tomou a decisão de contratar esse escritório? Em segundo lugar, quanto foi gasto? Eu não posso admitir que haja um litígio desse porte, que a Petrobras tem algo tão grave nos Estados Unidos que, quando chega à fase final do litígio, o senhor era o Diretor Internacional, a orientação, o documento interno da Petrobras, que nós lemos aqui, indica que a Petrobras deve sair desse litígio para impedir que o julgamento caminhe para o ato anticorrupção americana, para que se protejam os diretores e os executivos da Petrobras. O senhor sabe disso?

Quando estava no meio do litígio, como diretor internacional, discutindo essa questão, o senhor participou da decisão que a Petrobras tomou, provavelmente através de sua Diretoria Executiva, de procurar sair para que não fosse julgada pela lei americana, que trata especificamente de crimes de corrupção?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não conheço esse detalhamento, Deputado. Agora, se o valor dessa contratação é de competência da Diretoria Executiva, obviamente, houve uma pauta do Departamento Jurídico para a Diretoria Executiva aprovar, mas eu não me recordo. Eu não me recordo, eu não sei dos valores.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O senhor conhece o Estatuto da Petrobras, não é?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Olha...



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O art. 31, §2º, diz que as decisões do Conselho de Administração devem, obrigatoriamente, ter um documento... O senhor está transferindo para o jurídico da Petrobras questões nas quais, não tenho nenhuma dúvida, ou por aconselhamento ou por participação de decisão, o senhor, seguramente, teve participação. O senhor está transferindo para o jurídico da Petrobras várias questões. E o art. 31, §2º, diz claramente que o parecer jurídico tem de ser levado em consideração na análise do Conselho de Administração.

Estou aqui com o parecer assinado pelo Dr. Carlos Borromeu de Andrade que fala claramente tanto na cláusula Put Option quanto na cláusula Marlim. Por que esse parecer não foi ao Conselho? Ou ele foi ao Conselho, e os conselheiros estão mentindo, dizendo que ele não foi base para decisão? Não cumpriram o Estatuto da Petrobras? Essa hipótese é usual na sua vivência dentro da companhia?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Primeiro, se eu dei a entender que estou transferindo todos os assuntos para o Departamento Jurídico, eu não os estou transferindo. Eu coloquei que, cronologicamente, a partir do momento em que o assunto entrou na esfera jurídica, a condução é feita pelo Departamento Jurídico, não mais por uma diretoria de negócios, em qualquer das situações. Os pareceres jurídicos acompanham, sim, todos os processos de projetos. Eles têm de ter um parecer do jurídico, abordando esses aspectos.

Quanto a esse parecer específico, eu não me lembro de qual o parecer a que o senhor está se referindo. Qual é a data desse parecer, Deputado?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Estou me referindo ao parecer de 27 de janeiro de 2006, que embasou a compra, a mesma em que, como o senhor está dizendo, não foram importantes as cláusulas. O senhor está aqui protegendo alguém. Essa é uma coisa evidente. A própria Presidente Graça Foster, que o destituiu – deve ter razões bastante fortes para isso –, disse que essas cláusulas eram importantíssimas para a definição do negócio. E a Presidente da República, que, na época, era membra do Conselho como Ministra de Estado, também disse que ela só aprovou porque as cláusulas foram sonegadas.

Para mim, isso é tão relevante, Dr. Zelada, que o senhor autorizou, em 2008, um repasse de US\$58,7 milhões. O senhor validou um documento interno, pedindo repasses imediatos à Refinaria de Pasadena. E havia uma preocupação muito grande no sentido de reduzir o desgaste político da estatal, em virtude da perda de pessoal qualificado e de prejuízos econômicos irreversíveis. Os recursos necessários, naquela oportunidade, em caráter de urgência, somavam US\$83,7 milhões. E ali a refinaria precisava fazer um depósito imediato para cobrir um déficit no banco, sob risco de encerramento imediato de linha de crédito.

(Soa a campanha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Por que o senhor validou esse documento? Era importante fazer isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu não estou protegendo ou não protegendo o Nestor Cerveró. O que eu disse aqui, e reafirmo, é que quando eu tomei conhecimento dessas cláusulas, já alguns meses depois que eu entrei, as cláusulas não me causaram estranheza, até porque eu conheço a governança da Petrobras e sei que o assunto



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

devia ter sido analisado por pessoas competentes. Não estou dizendo que era... Estou falando que não me causou estranheza – foi isso que afirmei e reafirmo agora – quando eu tomei conhecimento das cláusulas.

Quando, em 2008, houve, sim, um aporte, isso também foi muito discutido também com a área financeira. Não há decisões, ainda mais nesse valor, US\$58 milhões. A decisão é do colegiado ou da diretoria, não há uma decisão de um diretor. Não só eu, como qualquer outro. Então, a área financeira sempre participa também do cálculo desses montantes e do que precisa ser feito para manter as operações, ainda mais com uma refinaria, para ela poder estar funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. Deputado Rubens Bueno, com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, primeiro, espanta...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Os dez minutos?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim.

Primeiro, Sr. Presidente, espanta que nós temos uma empresa com 60 anos de história, em que profissionais, e milhares deles, procuraram construir algo que fosse o maior orgulho do nosso País, espanta o total descontrole, que é conhecido no meio popular como lambança. O que o PT está fazendo com a Petrobras é algo que é inusitado e não tem parâmetro na história do País.

A Presidente Dilma disse, através de nota, e foi o primeiro ato, quando isso já estava florescendo na imprensa,... Ela veio com uma nota dizendo que se tivesse as cláusulas Marlim e Put Option ela não teria autorizado, não teria assinado. A Presidente Dilma, Presidente do Conselho, e sabemos que há doze anos ela controla todo o setor energético do País, basta ver o que aconteceu recentemente com a política na área do setor elétrico, onde a Eletrobras teve prejuízos, em 2013 e 2012, de mais de R\$13 bilhões, algo inédito na história da Eletrobras.

Veja a lambança, veja a esculhambação, veja a desorganização que estão fazendo com uma empresa orgulho do povo brasileiro.

Quando vem o senhor aqui e diz que não sabe, o outro vem, fala outra coisa, vêm aqui e há um desencontro, uma contradição, nós estamos vendo que, de um lado, há um certo pacto. Pacto, assim, aquele pacto de silêncio, que na Máfia, na Cosa Nostra, era algo que funcionava e muito bem. Até porque a vida poderia causar ali resultados para poder calar mesmo, definitivamente.

E aqui estou vendo algo que chama a atenção do povo brasileiro. É impressionante. Parece que a *media training* feita pela Petrobras, com o apoio do Palácio do Planalto, do Palácio da Alvorada, com o apoio de ministério, com o apoio da Presidente Dilma, está levando a isso. Lamentavelmente. E o que é mais grave é que não é um governo sério. Porque, se fosse sério, queria ver apurado tudo isso.

Primeiro, não deixou montar a CPMI. Durante tempo, lutando. Não fosse o Supremo Tribunal Federal autorizar, nós não teríamos aqui esta CPMI, porque o Governo jamais deixaria ela se instalar.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Então, eu pergunto ao senhor, já que o senhor aqui hoje não quis responder, mas o senhor já respondeu na CPI do Senado que não era central a questão das cláusulas Marlim e Put Option. Eram centrais ou não eram? Aqui, o senhor não declarou hoje para o Relator.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não estranhei essas cláusulas quando eu tomei conhecimento para esse tipo de negócio. Não considere centrais. Eu não conheço as circunstâncias...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, o senhor não considera central?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – É. E eu não conheço as circunstâncias em que o negócio foi feito. Nós estamos falando de um título de um parágrafo. Eu não conheço as circunstâncias e os contornos da negociação que foi feita há alguns anos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Tudo bem. O senhor...

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, mas isso é importante.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O senhor, como um executivo, um executivo da Petrobras, da importância de um diretor internacional, era central ou não era? Essa que é a pergunta. Sim ou não?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu afirmei que não era central...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Que não era.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – ... e afirmo que não me causou estranheza quando eu tomei conhecimento.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pois é. E aí o senhor está dizendo exatamente porque a Presidente da República usa exatamente argumentos para se eximir da culpa de ter feito essa lambança nessa compra de Pasadena, de US\$42,5 milhões, dando um prejuízo que hoje o Tribunal de Contas condena, de R\$2 bilhões à Petrobras – dinheiro que os diretores, inclusive, o senhor, terão de devolver.

A outra é a notícia de que o senhor estava presente na compra da segunda meta de Pasadena, quando o Conselheiro Faber Barbosa falou sobre a necessidade de desenvolver mecanismos para coibir atos lesivos ao patrimônio da companhia. E vejam só onde já estavam os atos lesivos!

Quais foram os mecanismos apresentados, os quais o senhor também teria aprovado nessa ocasião?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A reunião do Conselho não aprova... A diretoria não aprova nada.

É à aprovação a que o senhor está se referindo?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim. O Conselheiro Faber Barbosa disse que se deveria criar mecanismos para evitar atos lesivos à companhia.

Que atos lesivos são esses? Quais seriam esses mecanismos?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não me lembro disso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas o senhor estava presente. Está aqui!

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Sim; eu poderia estar presente, porém, eu não tenho mais nenhum documento da Petrobras. Eu não tenho as atas do Conselho, que eu



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

recebia como um informativo. Eu nem assinava as atas, como nenhum diretor assina. Só os conselheiros assinam.

Mas isso já faz algum tempo. Não dá para lembrar de tudo. Eu não me lembro dessa frase.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – É foi muito bem treinado. De fato, o treinamento é uma coisa espetacular; aliás, para dissimular, nada melhor.

Eu vou repetir uma pergunta que eu fiz ao Sr. José Orlando, que esteve aqui na semana passada. Ele, na ocasião, disse que apenas cumpria ordens e que não sabia de nada. O senhor, pelo jeito, não está repetindo que apenas cumpria ordens, mas também está dizendo que não sabe de nada.

Para convencer a Petrobras a encerrar o caso, teria havido até uma carta do Senador americano Ted Kennedy pedindo que o Brasil não provocasse situações que pudessem piorar as relações entre os dois países.

Qual era o conteúdo dessa carta?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não conheço essa carta; não me lembro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Nunca soube?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não lembro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, não. O senhor nunca soube dessa carta. Não lembrar é uma coisa; saber... Poderia não saber do conteúdo.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Então, eu não conheço essa carta.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não conhece a carta.

O senhor renunciou ao cargo uma semana antes da exoneração dos diretores da área de refino, os Srs. Paulo Roberto Costa, seu companheiro de diretoria, e também o de Serviços de Engenharia, também seu companheiro, Renato Duque – aliás, companheiro de viagens, de passeios etc. Fato esse ocorrido no fim de abril.

Podemos afirmar que houve correlação nesses fatos?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não. Eu conversei com a Presidente Graça, em uma determinada ocasião, e disse a ela que, como estava chegando a minha época de aposentadoria, eu gostaria de tocar outros projetos na minha vida pessoal e, assim, apresentava uma carta de renúncia. Foi isso que aconteceu. Nenhuma relação com outros movimentos de outros diretores.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pois é; mas o que nós estamos observando é a coincidência. Há muitas coincidências em relação ao negócio mal feito lá em Pasadena, do jeito que foi feito, aos milhões, que até agora não chegamos, do escritório de advocacia. São também milhões, mas não se sabe quanto nem o escritório. E acontece tudo isso num período em que nós estamos vendo que houve um valor muito alto para a compra de uma empresa como essa, que, aliás, está condenada pelo TCU, como acabei de dizer. E acontecem exatamente as demissões e renúncias da diretoria.

É uma coincidência muito grande e, ao mesmo tempo, muito grave, lamentavelmente, este governo, o governo da Presidente Dilma, deixar para nós essa herança



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

de uma tristeza tamanha: o orgulho do povo brasileiro ferido nessa compra, pela qual o senhor é um dos responsáveis e réu já na Justiça do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu gostaria de colocar em votação – e há quórum regimental – as atas das 6ª, 7ª e 8ª Reuniões, dispensando a sua leitura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores, as Sr^{as} e os Srs. Deputados que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

A próxima oradora é a Deputada Iriny Lopes.

V. Ex^a usará os cinco minutos ou os dez intercalados?

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES) – Não, Sr. Presidente. Eu estou plenamente satisfeita com tudo o que ouvi do depoente até o presente momento. Se for necessário, ao longo do desenvolver dos trabalhos eu peço a palavra novamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Deputado Marcos Rogério.

Querido Deputado, V. Ex^a usará os dez minutos intercalados ou os cinco minutos?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Pode ser os dez.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Dez minutos.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Jorge Luiz Zelada, a Presidente Graça Foster afirmou, em outra oportunidade, aqui no Senado, que o negócio em Pasadena foi um erro, conforme já foi apontado por outros oradores inscritos aqui, e que a empresa foi prejudicada por relatórios que omitiam a existência de cláusulas que obrigariam a Petrobras a comprar a parte da Astra, em caso de desentendimento.

De fato, a Petrobras foi obrigada a comprar a parte da Astra na refinaria, resultando em grande prejuízo para a companhia.

O senhor assumiu o cargo de diretor da área internacional da companhia, em 2008, e defendeu a compra dos outros 50% ainda em 2008, antes de o desentendimento com a Astra se agravar e o litígio terminar na corte arbitral. Como o senhor explica isso? Se o negócio já era considerado um equívoco na época, tendo a empresa se negado a adquirir a parte da Astra em um primeiro momento, por que o senhor continuou com a defesa da compra da totalidade da refinaria, mesmo com as margens caindo, em meio à crise internacional que se agravava mundo afora?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A decisão de submeter ao Conselho a proposta da compra foi em fevereiro, na diretoria, e a reunião, em março, que foi quando eu entrei. Então, é só uma questão de cronologia. E a decisão que a diretoria aprovou de submeter a compra dessa segunda parcela foi baseada em um litígio de gestão que já vinha ocorrendo durante o ano anterior até se chegar a uma negociação, em que um ou outro compraria a parte.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Essa negociação ocorreu antes da minha entrada. Eu entrei no momento em que o assunto foi submetido ao Conselho de Administração, mas já havia alguns meses de negociações e conversas em relação ao que fazer com o desenvolvimento das operações daquela refinaria pela visão diferente que os dois sócios, que tinham 50% cada um, tinham sobre o negócio.

Normalmente existem cláusulas de saída que não é simplesmente exercê-la. Tem que haver algumas condições, algum histórico para poder ser aplicado. A Petrobras teria o direito de fazê-lo também.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – O senhor disse à CPI do Senado que as cláusulas omitidas pelo relatório, assinado por Cerveró, não eram cláusulas centrais. E repetiu, hoje, aqui, durante esta oitava, contrariando a versão, como já foi dito também, da Presidente Graça Foster e da própria Presidente Dilma Rousseff. Como não eram cláusulas centrais, uma vez que foram justamente o motivo do prejuízo da companhia e que eram essenciais para a concretização do negócio? O que seriam termos ou cláusulas centrais para a concretização desse negócio então, se essas não eram? E as duas forças maiores da Petrobras afirmaram ser justamente o ponto de divergência aqui, tanto a Graça quanto a Presidente Dilma?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu disse e reafirmo que não me causou estranheza quando tomei conhecimento, meses depois, de que havia essas cláusulas por esse motivos que expliquei. Uma cláusula de saída não é uma cláusula incomum; e uma cláusula de rentabilidade porque interessava à Petrobras colocar o seu petróleo naquela refinaria.

Mas a questão do negócio, da rentabilidade no negócio, nós temos que ver o projeto, o conceitual do que era. Não era simplesmente comprar a refinaria. Ela também fazia um investimento para poder exatamente pegar o petróleo pesado da Petrobras, agregar valor e utilizá-lo num mercado premium, como o mercado americano.

Esse era o projeto conceitual, que não foi executado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – O senhor está na Petrobras há algumas décadas. Faço algumas últimas perguntas apenas para que o senhor dê conhecimento a este Plenário.

O senhor conheceu o Sr. Thales Rezende Rodrigues de Miranda?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Não conheceu. Esse moço era o coordenador do departamento jurídico internacional da Petrobras. V. S^a não o conheceu?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, senhor. Não me recordo desse nome. O jurídico, e pode ser o jurídico internacional, não é da área internacional. O jurídico é do departamento jurídico, que atende aos projetos da área internacional.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Mas ele era coordenador do núcleo jurídico internacional da Petrobras.

V.S^a afirma que não conheceu o Sr. Thales de Miranda?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Olha, Deputado, da maneira que o senhor está perguntando ...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Não conhecia?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – O senhor falou um nome de que eu não me recordo. Então, eu estou respondendo que eu não reconheci.

Agora, quantas pessoas que participam de reuniões conosco, e você, uma vez ou outra, acaba esquecendo o nome, não lembra. É humanamente difícil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – É porque é curioso uma pessoa que chefia o departamento jurídico internacional de uma companhia como essa não ser conhecida pelos diretores dessa companhia. Isso é, no mínimo, muito curioso. Eu sei que o volume de funcionários e de profissionais que lá trabalham é grandioso. Mas o chefe de um departamento da importância que tem esse, especialmente quando se discute uma situação como essa que nós estamos a discutir, causa estranheza não ser conhecido.

Mas eu, Sr. Presidente, não farei mais perguntas.

Estou satisfeito também com as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Muito obrigado, Deputado Marcos Rogério.

O último orador inscrito é o Deputado Izalci.

Com a palavra, V. Ex^a.

V. Ex^a vai falar por dez minutos? Intercalados?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu faço; depois ele responde.

Na reunião do Conselho de Administração da Petrobras, em 12 de maio de 2008, da qual V. S^a participou como diretor já da área internacional, a proposta da compra de 50% remanescentes da refinaria pelo valor de US\$700 milhões foi rejeitada. Esses US\$700 milhões se referem àquela carta assinada por Cerveró que, de acordo com o regimento e com o estatuto, não poderia ter assinado porque não tinha autonomia para isso.

Como se deu essa discussão da matéria no âmbito do Conselho?

O que motivou a rejeição da proposta que havia sido aprovada pela diretoria executiva pelo Conselho de Administração da Petrobras?

Qual a justificativa para a segunda metade da Refinaria de Pasadena custar mais de três vezes os primeiros 50%, pelos quais a Petrobras pagou US\$189 milhões?

O laudo do processo arbitral movido pela Petrobras contra a Astra estipulou que à primeira a Petrobras deveria pagar o montante de US\$295 milhões pelos 50% restantes da refinaria, valor significativamente menor do que os US\$700 milhões ofertados por Nestor Cerveró na carta de intenções em dezembro de 2007.

Diante desses dados, o que justifica a decisão da Petrobras de não cumprir a sentença arbitral, acarretando, segundo estimativa do Tribunal de Contas da União, um prejuízo de US\$92,3 milhões de dólares.

Tal decisão foi submetida ao Conselho de Administração?

E para finalizar, V. S^a confirma essa informação, ou seja, era efetivamente a diretoria internacional da Petrobras quem dava as instruções ao jurídico da companhia?

Qual o papel desempenhado por V. S^a na negociação dos 50% remanescentes da Refinaria de Pasadena e na condução do processo arbitral e dos processos judiciais movidos pela Astra em desfavor da Petrobras?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Nós sabemos – e V. S^a disse –, é evidente que a diretoria, o corpo jurídico é que cuida da ação. Mas a orientação evidentemente é dada pela diretoria internacional.

Qual foi a orientação?

É praxe hoje, o que tem acontecido no Governo ultimamente? As coisas erradas normalmente são deixadas para o segundo escalão. Exime-se o primeiro escalão, e joga-se a culpa nos coitados do segundo escalão. Basta ver o que aconteceu agora na decisão do Tribunal de Contas, em que se exime o Conselho de Administração, por incrível que pareça, porque está na Lei 6.404. Ela é muito clara: o Conselho de Administração responde pelas suas decisões. E não adianta justificar que não conhecia, como disse V. S^a, porque não ia interferir em nada essa questão de ter a cláusula ou não ter a cláusula. Essa cláusula é padrão em todos os negócios.

Então, ou é incompetência, ou é conivência da Presidenta Dilma. Na prática, é isso.

O que é que aconteceu? V. S^a, que assumiu a diretoria, e essa carta assinada por Nestor Cerveró, ninguém apurou nada? Ele assina simplesmente uma carta oferecendo US\$700 milhões, carta que passou a ser referência para o conselho arbitral. Ora, se o conselho arbitral decidiu em US\$295 milhões, e aí vai um diretor da Petrobras e oferece US\$700 milhões. É óbvio que qualquer negociação, qualquer decisão o parâmetro é o que a Petrobras ofereceu.

O que a Petrobras fez com relação a essa decisão do Nestor de mandar uma carta de US\$700 milhões, três vezes mais do que o Conselho Arbitral definiu no sentido de pagar pelo restante dos 50%.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A carta reflete um número de reuniões, um tempo aí em que se ficou negociando. Eu não conheço a circunstância, nem os contornos dessa negociação. A carta fazia um resumo das conversações e foi levada à Diretoria Executiva em fevereiro para que ela apreciasse e submetesse ao Conselho. Foi isso que aconteceu.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – A diretoria não questionou essa carta, o fato de ele ter assinado sem ter o respaldo regimental ou estatutário para assinar esse documento? Não aconteceu nada? Ninguém questionou o Nestor Cerveró pelo fato de ele ter oferecido US\$700 milhões sem poder ter feito isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Essa decisão da diretoria foi em fevereiro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a não tomou conhecimento disso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não tomei conhecimento, mas o resumo das negociações, a carta – parece que a carta faz o resumo entre as duas empresas – tem que ser subordinada à instância superior. E assim que aconteceu e tomou-se a decisão de não comprar, pelo Conselho.

Quanto à questão da arbitragem que o senhor colocou, a Petrobras não queria continuar com o processo. Queria que todos os envolvidos, ou seja, as duas partes, retirassem as ações na Justiça e o assunto ficasse encerrado definitivamente. A Astra não aceitou, por isso que o assunto prosseguiu.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas o que a gente percebe – está muito claro nas negociações, nas decisões inclusive – é que não houve esse argumento na Justiça. O argumento na Justiça é que houve lá, na parte arbitral – e realmente esse Conselho Arbitral deveria ser respeitado –, mas o argumento que a Petrobras utilizou para levar à Justiça foi exatamente de que a Astra teria obtido lucros indevidos em relação à compra da refinaria. Mas o próprio representante da Petrobras e da Astra – porque havia representante dos dois – em todas as operações, assinavam de acordo. Então, não houve desconhecimento por parte da Petrobras de qualquer negociação.

Agora qual foi o argumento que V. S^a, que conduziu o processo, deu para o jurídico argumentar? V. S^a disse isto, para questionar essas operações?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, quando o assunto vai para a esfera jurídica...As diretorias, a maior parte delas, são de áreas de negócio, de operações. O Departamento Jurídico vai, junto com seus advogados, seus escritórios, desenvolvendo ações e vai informando periodicamente. E isso era informado periodicamente a toda a diretoria. Não existe decisão de um diretor numa matéria como essa.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Pois é, mas veja bem: há uma decisão do Conselho Arbitral, que tem valor significativo lá nos Estados Unidos. Então, se houve uma decisão do Conselho de indenizar 296 milhões, por que a Petrobras não indenizou e cumpriu a decisão do Conselho Arbitral? Por que a Petrobras não fez isso? Ela poderia ter cumprido isso e questionado a outra coisa depois. Agora, a Petrobras acabou questionando os 296, dando um prejuízo imenso para a Petrobras e para o País.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Até onde eu tenho conhecimento e me recorde, a Petrobras queria encerrar o assunto.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Era só pagar, era a decisão do Conselho.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, não era só pagar. A Astra deveria retirar as ações que ela tinha na Justiça e assinar um termo de que estava tudo resolvido e encerrar definitivamente a questão.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a que tomou essa decisão? Quem tomou essa decisão de não indenizar os 296 milhões, decisão do Conselho Arbitral?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não fui eu.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Quem foi?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, deixe-me explicar: não existe nível de competência de nenhum diretor, não sou só eu, num valor desse tipo. Quando o assunto chegou para a diretoria e a diretoria concluiu que se deveria encerrar essa disputa, esse litígio, com todo o encerramento da questão e das ações, a Astra não aceitou. Nós temos outra parte do outro lado. Foi por isso.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não, mas decisão do Conselho Arbitral não depende da outra parte. É uma decisão. A Petrobras cumpre a decisão. Foi feita a opção de não acatar a decisão do Conselho Arbitral.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – São duas figuras jurídicas. Eu não sou advogado.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu também não



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu acho que a Petrobras pode explicar com esse detalhe que o senhor está requerendo, mas são duas figuras jurídicas diferentes. Uma coisa é arbitragem e outra coisa é ação judicial, e as duas estavam correndo em paralelo. Então, uma...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Quem, inclusive, propôs o Conselho Arbitral foi a Petrobras. A Petrobras que propôs a questão do Conselho Arbitral. Ela mesmo propôs e não cumpriu.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Ela propôs, foi o início de tudo, para que a Astra não abandonasse o negócio como, unilateralmente, resolveu fazer. Então, a Petrobras entrou na arbitragem para que a Astra continuasse. Ela era dona de 50% da refinaria e da trade. Por isso que a Petrobras entrou na Arbitragem. Agora, houve um desenvolvimento de ações de parte a parte. A Petrobras queria encerrar a questão.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O que a gente percebe é que, na cláusula de indenização da Petrobras, era vantagem da Astra realmente não permanecer na sociedade, até porque a cláusula que foi feita garantia à Astra uma bela remuneração, tanto é que o prejuízo chegou a quase US\$ 800 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Muito obrigado, Deputado Izalci, o seu tempo se esgotou. V. Ex^a é um democrata e sabe perceber o momento de parar os questionamentos.

Quero agradecer ao Sr. Jorge Luiz Zelada por sua presença aqui, por sua contribuição nesta CPI.

Vamos encerrar esta reunião, antes convocando nova reunião da CPI para a próxima quarta-feira, às 14h30, reunião de oitiva, com o Sr. Nestor Cerveró.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 37 minutos.)

Senador Vital do Rêgo

Presidente